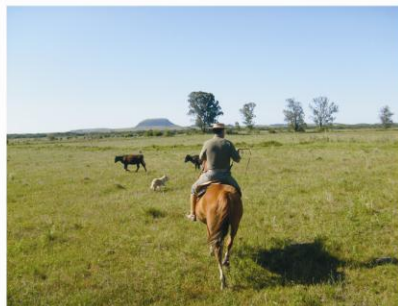
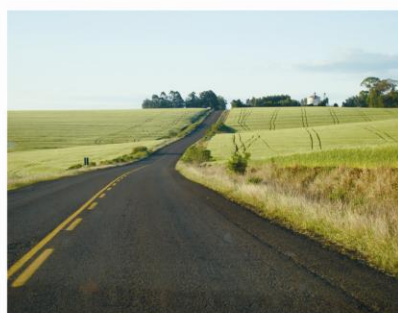


Ministério Público do Rio Grande do Sul  
Relatório  
2008



## MISSÃO

*“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”*

## VISÃO PARA 2022

*“Ser reconhecido como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, por meio da indução e da fiscalização de políticas públicas.”*

## VALORES

*Compromisso Social*

*Independência*

*Democracia*

*Combatividade*

*Efetividade*

*Transparência*

**EXPEDIENTE**

COORDENAÇÃO-GERAL

Jayme Weingartner Neto, Promotor-Assessor.

**Organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI**

Rio Grande do Sul. Ministério Público.  
Relatório 2008/organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada -  
GAGI. – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2009.  
80p.

1. Ministério Público – Rio Grande do Sul – Relatórios. I. Título.

CDU 347.963(816.5)(047)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça

Crédito das Fotos:

As fotos usadas nesta publicação são de autoria de servidores do próprio Ministério Público Estadual. Seus autores e locais são (na ordem da capa – de cima para baixo, da esquerda para a direita): Rubens Freiberg (Não-Me-Toque), Júlio Brum (Rio Grande), Carlos Alberto Fonseca (Cacequi), Fábio Rosa (Ibirubá), Felipe Rodrigues Silva (Montenegro), Elenice Cheis (Porto Alegre), Klaus Nickel (Salto do Itumã) e Christina Ibarгойen (Uruguaiana).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

Procuradoria-Geral de Justiça

Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre/RS - 90050-190



## **RELATÓRIO 2008**

*Mauro Henrique Renner,*  
Procurador-Geral de Justiça.

*Isabel Dias Almeida,*  
Subprocuradora-Geral de Justiça  
para Assuntos Jurídicos.

*Anizio Pires Gavião Filho,*  
Subprocurador-Geral de Justiça  
para Assuntos Administrativos.

*Eduardo de Lima Veiga,*  
Subprocurador-Geral de Justiça  
para Assuntos Institucionais.

*Armando Antônio Lotti,*  
Corregedor-Geral do Ministério Público.

*Luiz Cláudio Varela Coelho,*  
Subcorregedor-Geral do Ministério Público.



## **SUMÁRIO**

Apresentação.....	07
Organograma.....	11
O Ministério Público do Rio Grande do Sul.....	13
Gestão Estratégica.....	23
Mapa Estratégico.....	29
Focos de Atuação.....	33
Atuação Funcional.....	55
Dados Administrativos.....	71
Nominata (Membros) .....	73



## APRESENTAÇÃO

O Procurador-Geral de Justiça deve elaborar o relatório das atividades anuais do Ministério Público para submetê-lo à Assembléia Legislativa. Aproveito a previsão legal (Lei Estadual n.º 7.669/82, art. 25, inc. III) para prestar contas à cidadania e aos Poderes Públicos do segundo ano de minha gestão, que, embora aprovada por 70% da classe, finda em 03 de abril de 2009.

O Ministério Público, no ano de 2008, avançou em termos de profissionalização administrativa e gestão estratégica. Temos uma clara visão estabelecida em nosso Mapa Estratégico, projetada a gestão até 2022: queremos ser reconhecidos como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, por meio da indução de políticas públicas.

Boa governança, neste contexto, é a gestão responsável dos assuntos do Estado, processos decisórios claros e transparentes e desenvolvimento sustentável centrado na pessoa humana e no primado do direito – trata-se de superar o modelo de estado burocrático (que não dá conta dos anseios sociais por celeridade e eficiência nos serviços públicos), por um modelo *profissional* de Administração Pública, que se pauta por resultados efetivos. Este modelo, numa perspectiva de indicadores de desempenho e impacto social, orienta-se por alguns poucos princípios: liderança, motivação dos recursos humanos, desenvolvimento de uma cultura organizacional, comunicação e introdução de novas tecnologias.

O presente relatório dá conta da nossa caminhada nesse sentido. Apresentada a instituição, seguem as notícias mais relevantes de cada área de atuação, na lógica dos objetivos estratégicos. Deixamos, por exemplo, uma proposta de Plano de Carreira com gratificação por desempenho institucional e individual – subsídio para um amplo debate. Constam, ainda, dados financeiros, administrativos e de atuação funcional que também foram remetidos ao Conselho Nacional do Ministério Público.

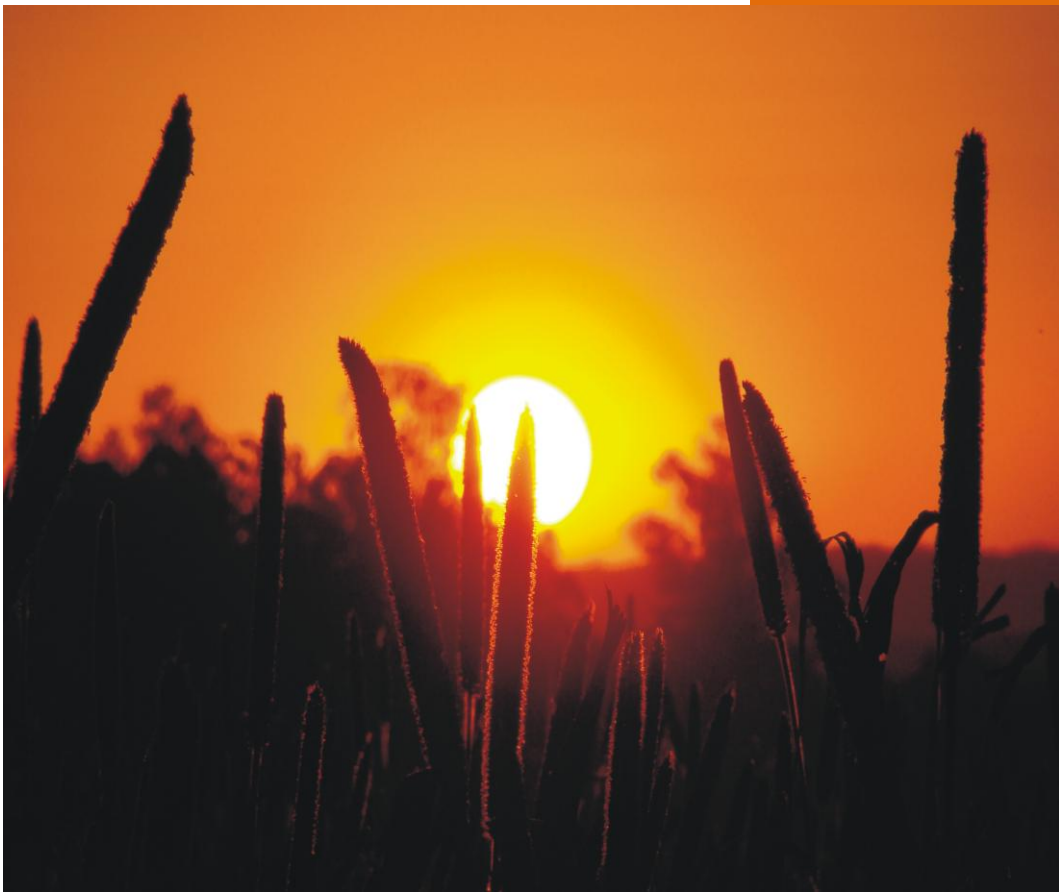
Por fim, agradeço a todos os membros da instituição (que vão nominados). O talento e a dedicação de cada um, junto aos servidores, garantem a pluralidade, diversidade e riqueza que fazem do Ministério Público uma história de sucesso.

**Mauro Henrique Renner,**  
Procurador-Geral de Justiça.

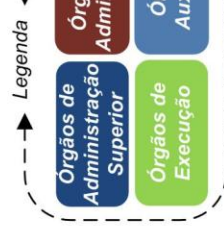
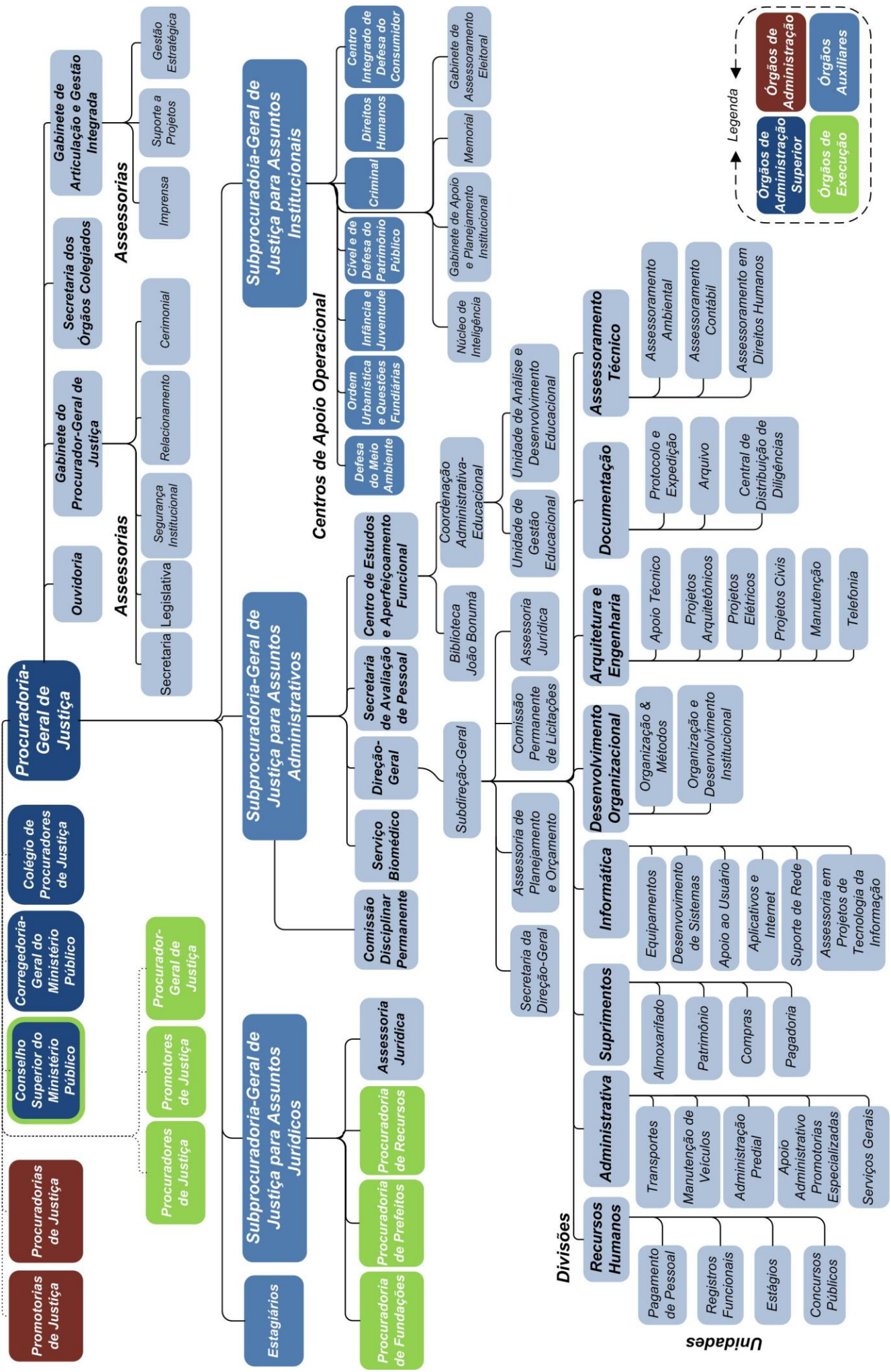




*O Ministério  
Público do Rio  
Grande do Sul*









## *O Ministério Público do Rio Grande do Sul*

### **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

O Procurador-Geral de Justiça, que exerce a chefia e é órgão de execução do Ministério Público, é nomeado pelo Governador do Estado, para o mandato de dois anos, dentre os Procuradores de Justiça, no efetivo exercício do cargo, indicados em lista tríplice, detendo prerrogativas e representação de Chefe de Poder. O Procurador-Geral de Justiça, como chefe da Procuradoria-Geral de Justiça e do Ministério Público, administra e representa a Instituição.

#### **Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**

Órgão pelo qual tramitam os documentos, escritos ou eletrônicos, submetidos à apreciação e ao despacho do Chefe da Instituição. Presta assessoramento direto ao Procurador-Geral de Justiça na sua atuação política e de representação

**Secretaria do Gabinete do Procurador-Geral:** é o órgão destinado a apoiar as demandas dirigidas ao Procurador-Geral, juntamente com a Chefia de Gabinete, recebendo, despachando e encaminhando documentos e correspondência. Emite, também, comandos de Portarias e de pagamento das férias e acúmulo de função dos Membros.

**Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas:** é o setor responsável pelo planejamento e organização dos eventos realizados pelo Ministério Público. Além disso, o Cerimonial faz o acompanhamento de membros da Administração Superior em eventos realizados fora do âmbito do Ministério Público Estadual.

**Assessoria de Segurança Institucional:** criada visando fortalecer os serviços de segurança institucional dos membros e dos prédios do Ministério Público.

**Assessoria Legislativa:** tem como principais atribuições a elaboração de Projetos de Leis e Atos Normativos da Instituição, a confecção do clipping legislativo, o

controle dos convênios firmados pelo Ministério Público e a publicação da Legislação Institucional.

**Assessoria de Relacionamento:** tem como objetivo principal auxiliar na expansão do conhecimento interno e informação sobre as ações e projetos do Ministério Público, utilizando-se de ferramentas para formar, manter e consolidar o conceito público de uma organização moderna, ágil e que cumpre com suas responsabilidades para com a sociedade.

**Secretaria dos Órgãos Colegiados** - *Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores e Conselho Superior do Ministério Público*

Coordenada por Promotor-Assessor tem como finalidade organizar e secretariar o funcionamento dos Órgãos Colegiados, (Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores e Conselho Superior do Ministério Público) no desenvolvimento de suas atividades.

#### **Gabinete de Articulação e Gestão Integrada**

Tem como atribuições assistir e assessorar o Procurador-Geral de Justiça em seu programa de atuação política, auxiliar na sistematização das ações nos planos jurídico, institucional e administrativo, além de monitorar e harmonizar o desenvolvimento das ações decorrentes do Planejamento Estratégico e do Plano de Gestão. Também incumbe ao Gabinete a coordenação da Assessoria de Imprensa do Ministério Público.

**Assessoria de Gestão Estratégica:** compete a esta Assessoria, dentre outras funções, a condução do processo de formulação da estratégia do Ministério Público e sua tradução em objetivos, indicadores e metas institucionais, assim como a promoção do alinhamento de todos os níveis da Instituição com a estratégia, atuando como catalisador e facilitador das mudanças e ainda a coordenação do processo de gestão estratégica e o monitoramento de sua implementação.

**Assessoria de Suporte a Projetos:** são algumas de suas atribuições: definir a metodologia de Gerenciamento de Projetos na Instituição e as responsabilidades envolvidas, assim como assessorar os Gerentes de Projetos, caso solicitado, na

definição do escopo e detalhamento dos projetos estratégicos, além do monitoramento do andamento e do histórico dos projetos estratégicos, prestando informações à Administração e difundindo a cultura de trabalho por projetos no Ministério Público.

**Assessoria de Imprensa:** tem como principais atribuições a divulgação de matérias jornalísticas na página da internet do Ministério Público, bem como a organização da taxação diária de matérias de interesse institucional, veiculadas pela mídia em geral e disponibilização eletrônica no site da Instituição, a publicação de notas oficiais e o fomento a implementação de projetos para maior inserção da atuação do Ministério Público na mídia a fim de buscar o fortalecimento da imagem da Instituição junto à sociedade.

### **Ouvidoria**

É importante canal de comunicação do cidadão e da comunidade com a Instituição, objetivando o aprimoramento no atendimento e nos serviços prestados à sociedade.

## ***SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS***

Possui atribuições de coordenação da Assessoria Jurídica nos processos de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça. Exerce, ainda, a supervisão de Procuradorias com atuação delegada em funções de execução nas áreas recursal, crimes de Prefeitos e defesa do patrimônio público, bem como da Procuradoria de Fundações.

### **Assessoria Jurídica**

Cumprir à Assessoria Jurídica, examinar: processos e expedientes que versem sobre vício de inconstitucionalidade de leis e de atos da administração pública estadual e municipal; conflitos de atribuições estabelecidos entre membros do Ministério Público; Representações Para Fins de Intervenção Federal no Estado e deste nos Municípios; entre outras diversas atribuições.



### **Procuradoria de Fundações**

Tem competência para a elaboração de pareceres pertinentes a qualquer assunto sobre fundações, além de auxiliar o Procurador-Geral na aprovação de estatutos, nas suas alterações, na elaboração da venda de bens imóveis na constituição de ônus sobre os mesmos e, ainda, na homologação da aprovação das contas das fundações.

### **Procuradorias com atuação delegada Procuradoria de Recursos**

Funciona nos feitos cujos recursos se dirigem aos Tribunais Superiores (STF e STJ). Em janeiro de 2007, extinguiu-se a atuação “custos legis” da Procuradoria, na qual o Ministério Público apenas emitia seu parecer em processo no qual não era parte.

### **Procuradoria de Prefeitos**

Analisa procedimentos investigatórios referentes a crimes de atuais Prefeitos, bem como oficia em procedimentos investigatórios referentes à improbidade administrativa de Prefeitos e ex-prefeitos, até a sua conclusão (arquivamento, ação civil pública e denúncia).

### **Procuradorias de Justiça Especiais**

O Ministério Público, para atuar em 2.º Grau, organizou-se em Procuradorias de Justiça, na forma da Lei n.º 11.282/98, instituindo-se os seguintes órgãos: Procuradoria de Justiça Criminal, Procuradoria de Justiça Cível e Procuradoria de Justiça Especializada. Perante o Tribunal de Justiça do Estado e junto ao Tribunal Militar Estadual atuam os Procuradores de Justiça Cíveis e Criminais.

### **SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Presta assessoramento nas mais variadas atividades-meio, além de realizar o gerenciamento da política administrativa de funcionamento da estrutura organizacional e funcional do Ministério Público, a fim de viabilizar a melhor prestação dos serviços públicos nas atividades-fim.

### **Direção-Geral**

Cumprir à Direção-Geral assistir ao Procurador-Geral de Justiça e ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos no desempenho de suas funções, bem como supervisionar os serviços administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça e os serviços auxiliares do Ministério Público.

### **Comissão Permanente de Licitações**

A esta Comissão compete elaborar e processar as licitações assim como receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

### **Assessoria de Planejamento e Orçamento**

Tem como principais atribuições a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei de orçamento, o controle da execução orçamentária, dentro dos limites impostos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei do Orçamento, assim como a observação do correto enquadramento das normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conforme regramento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **Comissão Disciplinar Permanente**

Instrui procedimentos de sindicâncias, processos administrativos disciplinares, bem como atua na Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, exara informações acerca de conduta de servidores e certidões acerca da existência ou não de penalidades dos assentamentos dos servidores para fins de cursos ou concursos.

### **Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional**

Seu processo de trabalho contempla grande diversidade de situações que envolvem projetos educacionais, promovidos diretamente ou em conjunto com órgãos ou entidades congêneres da área pública ou da iniciativa privada, com vistas ao aprimoramento cultural e profissional, à atualização e à especialização do

conhecimento dos membros e servidores da Instituição, promovendo, assim, a elevação dos padrões técnicos e científicos dos serviços prestados à sociedade.

### **Serviço Biomédico**

Tem como atividade principal a realização de perícias, prestando também assessoramento técnico para Promotorias de Justiça e assistência a membros e servidores. É composto pela Coordenação, Secretaria Administrativa e por cinco gabinetes (Clínico, Psiquiátrico, Psicológico, Odontológico e de Enfermagem).

### **Biblioteca João Bonumá**

Oferece acesso para consulta local e pesquisas a toda comunidade e empréstimos somente para membros, servidores e estagiários do Ministério Público, oferece também o acesso a bases de dados de legislação federal, estadual e do Município de Porto Alegre, assim como a outras bases de dados jurídicas em CD-ROM.

### **Divisão de Documentação**

A Divisão de Documentação - constituída por três Unidades: Protocolo e Expedição, Central de Distribuição e Diligências e Arquivo - estabelece metas e indicadores de desempenho das unidades, assim como planeja e gere a execução da política de gestão documental do Ministério Público.

### **Divisão de Informática**

Responsável pelos serviços e equipamentos de tecnologia da informação do Ministério Público. Possui as atribuições de supervisionar as atividades relacionadas com a área de informática, e propor uma política de informática e implementá-la. Compõem a Divisão de Informática a Assessoria de Projetos de Tecnologia da Informação, Unidade de Aplicativos e Internet, Unidade de Apoio ao Usuário, Unidade de Desenvolvimento de Sistemas, Unidade de Equipamentos e Unidade de Suporte à Rede.

### **Divisão de Arquitetura e Engenharia**

Presta apoio à efetivação dos investimentos do Ministério Público, acompanhando e fiscalizando a realização de obras que, hoje, têm dado dignidade ao trabalho desenvolvido pelos membros do Ministério Público. As principais atividades da Divisão são a elaboração de laudos, projetos, serviços de construção, reforma e de manutenção dos prédios.

### **Divisão Administrativa**

Coordena e executa os serviços auxiliares da Instituição. Gestiona contratos administrativos, tais como prestação de serviços e aquisição de bens. Atualmente, é composta por cinco Unidades: Serviços Gerais, Transportes, Manutenção de Veículos, Apoio Administrativo e Administração Predial.

### **Divisão de Recursos Humanos**

Supervisiona as atividades relacionadas com a área de recursos humanos, de forma que sejam atendidas as orientações do Diretor-Geral, efetuando o planejamento da Divisão, consolidando e integrando os planos das Unidades subordinadas: Concursos Públicos, Estágios, Pagamento de Pessoal e Registros Funcionais.

### **Divisão de Assessoramento Técnico**

É responsável pelo assessoramento técnico aos Promotores de Justiça nas questões relacionadas às áreas do meio ambiente, defesa do patrimônio histórico-cultural, contabilidade, engenharia civil e arquitetura e serviço social e psicologia. É formada por três Unidades de Assessoramento: Ambiental, Contábil e em Direitos Humanos.

## **SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

Está estruturada no escopo de cumprir suas funções orgânicas: substituir e assistir o Procurador-Geral de Justiça; prestar assistência aos órgãos de execução e auxiliares do Ministério Público no planejamento e consecução de suas atividades de natureza funcional; buscar a integração dos órgãos de execução, visando a

estabelecer a ação institucional e promover a cooperação entre o Ministério Público e órgãos externos. Para auxiliar a consecução destes objetivos, encontram-se vinculados à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais: o Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional, o Gabinete Eleitoral, os Centros de Apoio Operacional e o Memorial do Ministério Público.

### **Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional**

Participa da construção de diretrizes e metas da Instituição, atuando, neste particular, de forma articulada com o Gabinete de Articulação e Gestão Integrada e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e em permanente contato com os Centros de Apoio Operacional, bem como prestando assistência aos órgãos de execução no planejamento de suas atividades funcionais e contribuindo na busca de integração dos diversos organismos institucionais.

### **Gabinete de Assessoramento Eleitoral**

Tem como missão institucional realizar o assessoramento, atualização e a especialização continuada ou eventual dos Promotores Eleitorais. Tal órgão auxiliar configura-se como uma importante ferramenta, notadamente no que diz respeito à tarefa de resguardar a lisura do processo eleitoral em todas as suas fases.

### **Memorial**

Tem como objetivo preservar a memória institucional, tornando-se também um agente cultural, desenvolvendo suas atividades a partir de três linhas de atuação: o programa de História Oral, o programa de Pesquisas e Publicações e o programa de Produção e Eventos.

### **CENTROS DE APOIO OPERACIONAL**

Os Centros de Apoio Operacional promovem apoio técnico-operacional aos membros do Ministério Público, na qualidade de órgão auxiliar mantêm arquivo de informações e pesquisas, destinadas aos integrantes da Instituição. Também atuam como gestores de inovação e, no cumprimento de metas anuais,

desencadeando ações integradas e interdisciplinares, no escopo de auxiliar os órgãos de execução e prevenir a fragmentação da atuação. Ainda são formuladores e coordenadores de políticas setoriais, fomentando e monitorando convênios, projetos e programas, obtendo rol de prioridades para a atuação funcional, bem como na captação de recursos financeiros extra-orçamentários para implementação de ações institucionais. Acompanham os processos legislativos e a repercussão jurisprudencial das questões institucionais, nas áreas específicas de atuação, com ênfase em subsidiar propostas legislativas de interesse público, no recolhimento, sistematização, incentivo e divulgação das ações de responsabilidade social relevantes em cada área.

**Criminal**  
**Direitos Humanos**  
**Infância e Juventude**  
**Defesa do Consumidor**  
**Defesa do Meio Ambiente**  
**Cível e de Defesa do Patrimônio Público**  
**Ordem Urbanística e Questões Fundiárias**

#### ***CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO***

É o órgão de fiscalização e orientação da conduta e das atividades funcionais dos agentes do Ministério Público. É comandada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, eleito pelo Colégio de Procuradores, auxiliado pelo Subcorregedor-Geral, assim como por uma equipe de Promotores-Corregedores, no controle de vacâncias e provimentos de Promotorias e Procuradorias de Justiça, inspeções e correições nas Procuradorias.

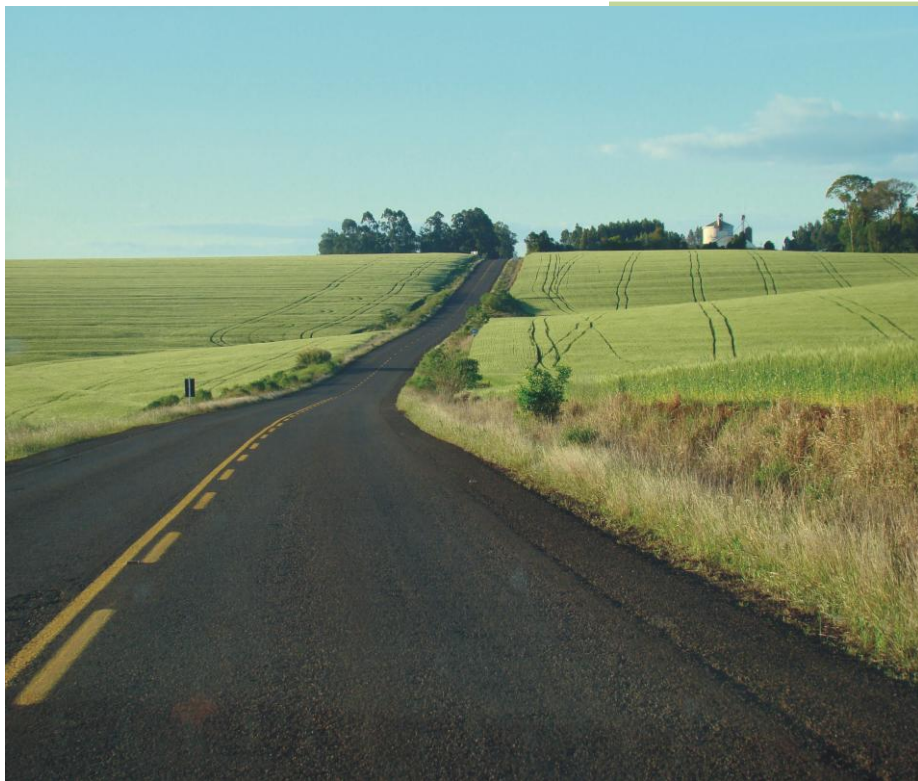
#### ***PROCURADORIAS DE JUSTIÇA***

Perante o Tribunal de Justiça do Estado e junto ao Tribunal Militar Estadual atuam os Procuradores de Justiça, organizados em Procuradorias de Justiça, Cível, Criminal e Especializada. Os Procuradores de Justiça atuam em todas as sessões do Tribunal de Justiça, exercendo suas funções perante Câmaras Cíveis ou Criminais, Grupos de Câmaras Cíveis e Criminais.

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**

As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público com, pelo menos, um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho de suas funções. São judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas, locais ou regionais. As atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos de Promotores de Justiça que as integram são fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores. As Promotorias de Justiça estão instaladas em todas as sedes de Comarcas, sendo ocupadas por Promotoras e Promotores de Justiça, consoante a respectiva entrância de classificação (inicial, intermediária e final).

# *Gestão Estratégica*







## A Gestão Estratégica

Gestão estratégica é o conjunto de decisões e ações estratégicas que determinam o desempenho de uma organização a longo prazo. Esse tipo de gestão inclui análise dos ambientes interno e externo, formulação da estratégia, implementação da estratégia, avaliação e aprendizado.

A principal função da gestão estratégica consiste em fazer com que a estratégia definida seja sistematicamente gerenciada com vistas à sua implementação e, se necessário, seja revisada para melhor consecução da visão de futuro da organização.

O GEMP 2022 contemplou a implantação de um sistema de governança, responsável pela gestão estratégica do Ministério Público até 2022.

A implementação do projeto vem sendo realizada a partir das seguintes etapas:



## 1. Alinhamento Estratégico



Compreendeu a realização de um grande evento, em agosto de 2007, com a presença de aproximadamente 400 pessoas, entre membros e servidores, onde, vislumbrando-se os desafios e tendências para o Ministério Público, buscou-se o estabelecimento de um futuro comum, num projeto institucional de longo prazo, sendo construída a visão de futuro para 2022 e definidas as prioridades institucionais.

O Alinhamento Estratégico teve por objetivo a mobilização e o comprometimento dos integrantes do Ministério Público em prol de um futuro comum, construído de forma democrática e consensual.

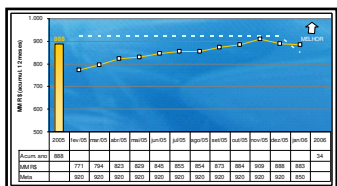
## 2. Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico é a representação gráfica da estratégia adotada, que evidencia os desafios que a organização terá de superar para concretizar sua missão e visão de futuro. Seu lançamento à sociedade foi realizado no dia 14 de dezembro de 2007

Nesta etapa, foi construído o Mapa Estratégico do Ministério Público, a partir da tradução das diretrizes estabelecidas no evento de Alinhamento Estratégico em perspectivas de resultado, objetivos estratégicos e suas relações de causa e efeito.

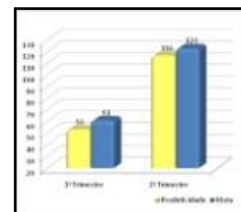


### 3. Indicadores de Efetividade

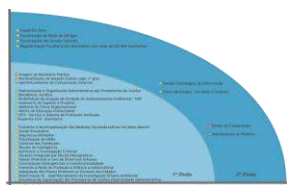


Compreendeu o estabelecimento de indicadores para aferição do desempenho institucional a partir da implementação da estratégia adotada. Assim, para cada

objetivo estabelecido no Mapa Estratégico foram definidos indicadores de forma a permitir o acompanhamento dos resultados alcançados e a evolução da execução da estratégia.



### 4. Metas e Planos de Ação



Nesta etapa foram estabelecidas metas para cada indicador de efetividade definido e coletadas sugestões de planos de ação para o alcance dos resultados pretendidos. As metas e sugestões de planos de ação foram coletadas a

partir da realização de eventos nas diversas regiões de atuação do Ministério Público.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2008 foram realizadas reuniões com os diversos setores da instituição no sentido de selecionar e detalhar os projetos propostos nas etapas regionais. Além disso, foi sistematizado o Modelo de Gestão do Ministério Público, estabelecendo-se papéis e responsabilidades na gestão estratégica, formato das reuniões e dos relatórios de gestão.

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Periodicidade
Evasão Escolar	(Alunos evadidos / Alunos que ingressaram nas escolas) x 100	%	Anual
Índice	$N_i \times P_i$ (produto entre o desempenho e o rendimento escolar) $N_i$ : média de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática $P_i$ : indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino de alunos na unidade $i$ : ano do exame $i$ : unidade (escola)	Número	Bianual

## 5. Monitoramento

Definidos os objetivos, indicadores, metas, projetos e modelo de gestão, partiu-se para a implementação da gestão estratégica e o monitoramento dos resultados alcançados. Isto vem permitindo o acompanhamento da execução da estratégia, sendo realizadas, caso necessário, revisões sistemáticas para a melhor consecução de nossa Visão de Futuro.



O GEMP 2022, portanto, materializou as prioridades institucionais estabelecidas democraticamente, em 27 objetivos, 44 indicadores, 39 projetos e 4 programas e um modelo para a gestão dos resultados alcançados. Assim, vem consolidando-se como referência de boa governança para várias instituições públicas e privadas. Este processo democrático inseriu-se no cotidiano do Ministério Público e está aberto para revisões e realinhamentos.

# Mapa Estratégico do Ministério Público RS

Impacto Social

- Educação de qualidade
- Saúde integral e melhor qualidade de vida
- Criminalidade e corrupção reduzidas
- Criança e adolescente protegidos
- Meio ambiente preservado
- Democracia e ordem jurídica garantidas

Sociedade

Ser reconhecido como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, por meio da indução e da fiscalização de políticas públicas

- Parceira
- Acessível
- Independente
- Ética
- Responsável
- Efetiva
- Atuante

Eficiência Operacional

Aproximação com a sociedade

Parcerias

Foco de atuação

**Aumentar a produtividade**

- Custos Legis & Órgão Agente
- Capacidade instalada x distribuição de atribuições
- Ações coordenadas

**Intensificar a comunicação do MP com a sociedade**

**Aprimorar o atendimento ao público**

**Atuar em redes de cooperação com os setores público, privado e terceiro setor**

**Exigir o cumprimento das normas relativas à promoção e prevenção da saúde**

**Garantir a proteção dos recursos hídricos**

**Exigir efetividade das redes de proteção da criança, do adolescente, de suas famílias e das medidas socioeducativas**

- Regularização das ocupações e loteamentos ilícitos com finalidade urbana

**Exigir qualidade na educação básica**

**Garantir a ordem jurídica e constitucional, atuando nos processos de interesse público**

**Promover a criação e fiscalizar a gestão dos planos diretores dos municípios**

**Intensificar o combate à corrupção e ao crime organizado**

**Prevenir o crime em geral pela efetiva execução da pena e redução da reincidência**

**Atuar na prevenção dos danos ao consumidor e responsabilizar os agentes econômicos**

Processos

Desenvolvimento de Pessoas

**Desenvolver e gerir competências**

- Fiscalização de políticas públicas
- Atividade Investigativa
- Técnicas de negociação
- Gestão de processos, pessoas e projetos
- Trabalho em equipe

Ambiente Organizacional

**Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho**

- Comunicação interna
- Qualidade de vida
- Reconhecimento
- Democracia

Tecnologia

**Melhorar a gestão administrativa, padronizando processos e rotinas**

**Garantir disponibilidade de informação para tomada de decisão**

- Gestão
- Investigação

Pessoas e Tecnologia

**Captar recursos extra-orçamentários**

**Assegurar recursos orçamentários necessários**

Recursos

## GEMP 2022-Objetivos, Indicadores, Metas e Projetos

Objetivo	Indicador	Meta	Projeto
Ser reconhecido como Instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, por meio da indução e fiscalização de políticas públicas	Índice de Imagem	8	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa de Imagem</li> </ul>
Aumentar a produtividade	Produtividade	246	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Racionalização da Atuação como <i>Custos Legis</i></li> </ul>
	Atuação como <i>custos legis</i>	80%	
Fortalecer a atividade extrajudicial	Índice de Acordo	65%	-
	Índice de Resolução	50%	
Intensificar a comunicação do MP com a sociedade	Exposições positivas espontâneas na mídia	R\$ 2.800.000,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa Aperfeiçoar a comunicação externa do MP</li> </ul>
Aprimorar o atendimento ao público	Atendimento presencial	211.200	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento ao público</li> </ul>
	Índice de satisfação com o atendimento	85%	
Atuar em redes de cooperação com setores público, privado e terceiro setor	Ações desenvolvidas em parceria	1.650	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa Redes de Cooperação</li> </ul>
Exigir o cumprimento das normas relativas à promoção e prevenção da saúde	Equipes de saúde implantadas	90%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde Preventiva</li> </ul>
Garantir a proteção dos recursos hídricos	Cobertura de Municípios com Planos de Saneamento	30%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa Redes Ambientais</li> <li>• Roteirização IC</li> <li>• Recolhimento e Destinação de Resíduos Sólidos Urbanos - Projeto Piloto Região Sul</li> <li>• Mapa de Risco Ambiental</li> </ul>
	Efetividade do MP em questões relacionadas aos recursos hídricos	60%	
Exigir efetividade das redes de proteção da criança, do adolescente, de suas famílias e das medidas socioeducativas	Ações de fomento às redes de proteção	5.734	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomento às Redes de Proteção à Infância e Adolescência</li> <li>• Fomento a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto</li> <li>• Fiscalização das Redes de Abrigos</li> </ul>
	Índice de municipalização socioeducativa	100%	
Exigir qualidade na educação básica	Ações para melhoria na qualidade de ensino	3.500	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fiscalização das Escolas Infantis</li> </ul>
Garantir a ordem jurídica e constitucional, atuando nos processos de interesse público	Grau de sucesso em recursos a Tribunais Superiores	70%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Controle de Fundações</li> <li>• Contratações Emergenciais e Constitucionalidade</li> <li>• Banco de dados dos preços de bens e serviços necessários à administração municipal</li> </ul>
	Grau de sucesso em ADINs	95%	
	Ações de lisura eleitoral	65%	
Promover a criação e fiscalizar a gestão dos planos diretores dos municípios	Municípios com Planos Diretores implementados	100%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequação dos Planos Diretores</li> <li>• Regularização Fundiária</li> <li>• Planos Diretores e Leis de Diretrizes Urbanas</li> </ul>
	Expedientes investigatórios e ações relacionadas à regularização	60%	

Intensificar o combate a corrupção e ao crime organizado	Sanções aplicadas	80%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encontros de Capacitação (improbidade administrativa)</li> <li>• Fiscalização de ONGs</li> </ul>
	Grau de eficácia em expedientes relacionados à improbidade administrativa	60%	
	Pedidos de Arquivamento	50%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprimorar a investigação criminal</li> <li>• Laboratório contra Lavagem de Dinheiro</li> <li>• Núcleo de Inteligência</li> </ul>
	Condenações	40%	
Prevenir o crime em geral pela efetiva execução da pena e redução da reincidência	Redução de mandados de prisão pendentes	4%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e estruturação do Núcleo de apoio ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher</li> <li>• Reinserção Social de Egressos do Sistema Prisional</li> </ul>
	Medidas Judiciais ou Extrajudiciais que visem a compelir o Poder Público a estruturar estabelecimentos prisionais e a fomentar redes de atendimento ao egresso	10	
Atuar na prevenção dos danos ao consumidor e responsabilizar os agentes econômicos	Ações de combate à adulteração de produtos	20	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança Alimentar</li> </ul>
Desenvolver e gerir competências	Índice de Capacitação	80%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Matriz de Educação Institucional</li> <li>• Residência Jurídica</li> <li>• EAD</li> </ul>
Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho	Índice de Satisfação	80%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Melhoria do Clima Organizacional</li> </ul>
Melhorar a Gestão ADM padronizando rotinas e processos	Índice de Padronização Administrativa	80%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PROPAD</li> <li>• Reestruturação da UAA</li> <li>• Ampliação da Sede Institucional</li> </ul>
Garantir a disponibilidade de informações para a tomada de decisão	Processos instruídos com informação própria	60%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão Estratégica da Informação</li> <li>• Gestão Estratégica da Informação - Governança TI</li> <li>• SPU</li> <li>• e-IC</li> <li>• GED</li> </ul>
Captar recursos Extra-Orçamentários	Recursos extra-orçamentários	R\$ 3.000.000,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assessoria de Suporte a Projetos</li> </ul>
Assegurar e gerir recursos orçamentários necessários	Índice de Execução Orçamentária	100%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apropriação de custos</li> <li>• Apropriação de custos dos projetos estratégicos</li> </ul>

- Os objetivos e indicadores da perspectiva do impacto social não estão descritos nesta tabela.





# *Focos de Atuação*





Historicamente, o Ministério Público organizou-se em sete grandes focos de atuação. Neste contexto, destacam-se algumas realizações e projetos estratégicos.

## Infância e Juventude

- **VI Jornada Estadual Contra a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes** - Com o tema “Sensibilização: um novo olhar e uma nova consciência” foram realizadas 10 audiências públicas, alcançando um público superior a **3.000 pessoas**. Os eventos permitiram sensibilizar o público sobre a realidade da situação das crianças e adolescentes brasileiras.

- **Ciclo de palestras/bebida alcoólica** - O Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude juntamente com o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, preocupados com a realidade acerca do consumo de bebidas alcoólicas por adolescentes, assim como a não imposição de limites pelos pais, realizaram em outubro de 2008, em parceria com a Promotoria de Justiça de Sarandi, evento na cidade denominado “**Álcool: a parte que não lhe é contada**”, em que três médicos psiquiatras debateram o tema, destacando os prejuízos do consumo de bebida alcoólica pelos jovens, em diferentes áreas da saúde. O evento repetiu o êxito da iniciativa ocorrida em 2007, na cidade de Passo Fundo, contando com a maciça participação da sociedade.

- **Diálogos de Convergência** - Em alusão à comemoração dos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Ministério Público, juntamente com a Frente Parlamentar Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, com o Fórum Democrático - Desenvolvimento Regional da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, e com outras instituições parceiras, realizou o evento “**Diálogos de Convergência**” para discussão com a sociedade de temas relevantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando a questão do orçamento público para os projetos da área e o fortalecimento dos conselhos de direitos.

O evento permitiu ainda debate sobre as ações de prevenção e fiscalização, com o fito de aprimorar a qualidade de vida do povo gaúcho, buscando aproximar as instituições da rede de proteção à infância, proporcionando a integração e fortalecimento das relações.

Mapa Estratégico MPRS  
Perspectiva: Processos  
**Foco de Atuação**

Exigir efetividade das redes de proteção da criança, do adolescente, de suas famílias e das medidas socioeducativas

Exigir qualidade na educação básica



- **Fiscalização das escolas Infantis** – O Projeto Fiscalização das escolas Infantis tem como justificativa a fundamental atuação do Ministério Público na defesa do acesso e da qualidade da educação infantil, isto em função dos benefícios ao desenvolvimento decorrentes da plena inserção das crianças nas escolas. Nesse sentido, a fiscalização de instituições desse ramo é uma ferramenta potente para se conhecer a rede, identificar suas fragilidades, seus avanços e, a partir daí, propor alternativas que permitam a oferta de serviços com qualidade.

Em 2008, no curso do projeto, foi realizado estudo da legislação e dos princípios básicos da **educação infantil**, bem como da metodologia da implementação do projeto. Ainda foram feitas visitas a 12 instituições da região **Lomba do Pinheiro** (piloto do projeto) e a elaboração de relatório com os resultados do diagnóstico realizado, bem como o compartilhamento da realidade identificada com os diversos órgãos do Sistema de Proteção.

## Crime

- **Caso Detran** - Em 2008, o Ministério Público ajuizou ações contra 16 pessoas físicas e duas jurídicas por fatos delituosos no que diz respeito à prestação de serviços na área de multas eletrônicas.

Os denunciados adquiriram vantagem patrimonial indevida, que importou em enriquecimento ilícito, no valor de **R\$ 938.471,23**, consistente no recebimento de parte dos valores pagos pela **FENASEG** para prestação de serviço em que era beneficiário o Detran e contratada a empresa TOPS Consultoria Empresarial Ltda., sendo os valores desviados via Grão & Pão Indústria e Comércio Ltda.

Esta mesma prática delituosa resultou em denúncias por peculato, peculato tentado e lavagem de dinheiro. Em relação ao peculato, a denúncia é referente à apropriação indevida do valor total de **R\$ 938 mil** dos cofres públicos. A lavagem de dinheiro ficou comprovada com os repasses no total de **R\$ 270 mil** da empresa Tops Consultoria para a Grão & Pão Indústria e Comércio Ltda., feitos para ocultar a destinação do dinheiro recolhido com a prática criminosa contra a administração pública.

- Uma ação da **Promotoria de Justiça Especializada Criminal** de Porto Alegre no combate ao **cartel de cimento e concreto** acarretou em lançamento fiscal, por não pagamento de ICMS, no valor de quase **R\$ 12 milhões**. Nessa ação foi desencadeada uma operação de busca e apreensão de documentos na sede de seis empresas, bem como em duas associações, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Mapa Estratégico MPRS  
Perspectiva: Processos  
**Foco de Atuação**

Intensificar o combate à corrupção e ao crime organizado

Prevenir o crime em geral pela efetiva execução da pena e redução da reincidência



- **Núcleo de Inteligência do Ministério Público** - Em 2008 foi criado o Núcleo de Inteligência do Ministério Público tendo como objetivo realizar a gestão estratégica de informações reservadas, através do exercício metodológico de inteligência, alcançando aos entes organizacionais o conhecimento produzido e o apoio necessário às operações de inteligência, assim como a produção, troca e guarda de informação com outras agências, através do mapeamento da criminalidade e sistema de informação próprio da execução criminal.

Ao longo de 2008, verificaram-se experiências similares em outros estados buscando as melhores práticas existentes em relação à inteligência nas investigações a fim de respaldar a criação do Núcleo de Inteligência no Ministério Público Gaúcho. Também ocorreu a capacitação das pessoas lotadas no núcleo com presença de instrutores da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.

- **Núcleo de Apoio ao Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher** - Criado em agosto de 2008, em função da necessidade de estruturar núcleo de apoio ao exercício funcional dos Promotores de Justiça com atuação na área.



Além de capacitar Promotores de Justiça e servidores para atuarem em casos que envolvam a violência doméstica, o núcleo objetiva o fortalecimento da atuação ministerial no combate à violência doméstica e familiar, com desenvolvimento de uma gestão do conhecimento que permita aos Promotores de Justiça qualificar suas intervenções judiciais e extrajudiciais para garantir a adoção de mecanismos eficazes à proteção física e moral da mulher vítima de violência.

A criação e estruturação do Núcleo é fruto de convênio firmado entre o Ministério Público do Rio Grande do Sul e a União, por intermédio da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça que criou o **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci**.

- **Sonegação Fiscal** - Como resultado da articulação entre as **Promotorias Especializada no Combate aos Crimes Contra Ordem Tributária** e a **8ª Promotoria Criminal de Porto Alegre** - tendo início a partir de auditoria fiscal realizada pela Receita Estadual - foram condenados três fabricantes paulistas do ramo de cerveja e um distribuidor gaúcho por fraudes no ICMS, as quais causaram o prejuízo de **R\$ 22.211.544,26** ao Estado.

A prática criminosa envolveu a simulação na exportação de cerveja, possibilitando que os bens fossem vendidos ilicitamente no mercado interno sem o pagamento de qualquer tributo. Objetivando o ressarcimento ao erário estadual dos valores sonegados, foi julgado procedente o seqüestro de bens dos denunciados, restando a perda de **15 bens imóveis, 19 veículos e 21 outros bens**.

- **Operação Hereford** – Em 2008, a **Promotoria de Justiça Especializada Criminal** desencadeou a Operação Hereford, com o objetivo de desbaratar uma organização criminosa que agia, há mais de 10 anos no Sul do Brasil, praticando delitos de estelionato, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Foram cumpridos **17** mandados de prisão e **25** de busca e apreensão, nas cidades de Canoas, Cachoeirinha, Imbé, Santana do Livramento, Bagé, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santo Antônio da Patrulha, Ibirubá e Panambi.

A organização ludibriava produtores rurais de todo o Brasil, prometendo a venda de diversas mercadorias, desde silos para armazenagem de grãos até tratores, a organização teria lucrado **R\$ 5 milhões** com os golpes. A Operação movimentou cerca de **80 pessoas**, entre policiais civis, militares e servidores do Ministério Público.

- **Operação "Tablado"** – Essa operação recolheu provas para apurar fraude ocorrida na Secretaria Estadual da Cultura causando prejuízos de aproximadamente **R\$ 4 milhões** aos cofres gaúchos. Foram falsificados documentos para serem utilizados na contabilidade fiscal de várias empresas, inclusive de pessoa jurídica que se beneficiou da renúncia fiscal de ICMS sem existir projeto aprovado pela Secretaria. Ao todo, a ação desencadeada contou com **78 pessoas e 31 veículos**.

- **Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro** - Termo de Convênio firmado entre o Ministério Público Gaúcho e o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, teve como objeto a criação do **Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro**. O Termo prevê, ainda, capacitação e treinamento de servidores e colaboradores do Ministério Público, transferência de tecnologia e metodologia, bem como a verificação de seu uso e adaptação, obedecido um Plano de Trabalho pré-aprovado e respeitados os objetos, normas e diretrizes do Pronasci.

Para a execução do Convênio, serão aportados recursos no valor total estimado de **R\$ 3.087.954,85**, divididos entre o Ministério da Justiça – **R\$ 2.150.340,00** - e Ministério Público Estadual - **R\$ 937.614,85**.

O Laboratório visa a subsidiar agentes públicos na geração de provas materiais ao cruzar informações de várias fontes - como setores de inteligência policial e bancos de dados de órgãos públicos e privados, em tempo recorde, reduzindo o tempo de investigação, por exemplo, de cinco anos para três meses.

O Convênio faz parte de um dos objetivos do Mapa Estratégico do Ministério Público, elaborado pelo GEMP 2022, que busca captar recursos extra-orçamentários que serão investidos na atividade-fim da Instituição.

- **Fiscalização de ONGS** - O Projeto visou proporcionar aos Promotores de Justiça subsídios para **fiscalização preventiva e proativa** do repasse e gerenciamento de verbas públicas às organizações do terceiro setor dos municípios, **prevenindo** a ocorrência de possíveis **irregularidades** e

proporcionando respostas às comunidades locais em caso de constatação de desvio de finalidade dessas entidades.

No curso da execução do projeto, foram distribuídos às Promotorias do interior do Estado, informações e roteiros de investigação de forma a aprimorar e intensificar sua atuação na fiscalização de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos (ONGs, Associações, Fundações, Cooperativas etc.). Na finalização dessa etapa, foram instaurados **77 expedientes** investigatórios sobre o tema.

- **Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da Secretaria de Segurança Pública do RS** - Iniciativa interinstitucional que congrega a participação de diferentes órgãos – Secretaria de Segurança Pública do RS, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Polícia Civil e Brigada Militar, SUSEPE – para a gestão da área de segurança pública no Estado.

## Meio Ambiente



- **Programa de Atuação Integrada por Bacias Hidrográficas - Redes Ambientais** - Este programa teve como objetivo promover **ações preventivas** a fim de afastar os danos ambientais existentes nas bacias hidrográficas, bem como buscar a reparação de áreas degradadas com a finalidade de proteger os recursos hídricos.

Mapa Estratégico MPRS  
Perspectiva: Processos  
**Foco de Atuação**

Garantir a proteção  
dos recursos hídricos

Ainda objetivou o alcance de um **posicionamento institucional** das questões de cunho ambiental regionais, o fomento da implantação de políticas públicas e o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, bem como o estímulo à atuação dos comitês de bacias como órgãos gestores da política de recursos hídricos, e a definição das prioridades de atuação institucional, sendo em caráter preventivo ou reparatório, desenvolvendo ações integradas para concretizá-las.

Os resultados obtidos foram positivos, onde se conseguiu promover uma articulação regional entre Promotorias de Justiça, Poder Público e a sociedade civil. Como resultados efetivos, pode-se citar: lançamento das **19 Redes Ambientais** previstas, definição de todos os Coordenadores das Redes Ambientais, instauração de **14 Inquéritos Cíveis Regionais**, assinatura de convênios/termos de cooperação entre o Ministério Público e outras Instituições, assinatura de TACs com orizicultores e a disponibilização de todas as informações na intranet e internet.

- O Ministério Público firmou **Termo de Cooperação** com o **Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA)** tendo como objetivo principal o estabelecimento de articulação administrativa, técnica e operacional, de planejamento e elaboração de



projetos e desenvolvimento de atividades ambientais no âmbito das Bacias Hidrográficas do Rio dos Sinos e do Rio Gravataí, com vista à proteção do meio ambiente.

O convênio proporcionará, entre outras ações, o desenvolvimento de campanhas de educação ambiental, visando à proteção do meio ambiente, a realização de cursos, seminários, congressos e mobilizações, a criação de meios para a produção de documentos, manuais técnicos e operacionais, para suporte das ações de educação e de fiscalização ambiental e a busca de inserção e integração das diversas instituições de ensino e pesquisa com atuação nas duas Bacias, para o aprofundamento do conhecimento técnico-científico das principais questões práticas e legais no que concerne ao meio ambiente.

## Direitos Humanos

- **Paternidade Responsável** - Dando continuidade à implementação e à difusão da política de **Planejamento Familiar** que vem sendo desenvolvida pelo Ministério Público Estadual em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual da Saúde e com a Organização Não-Governamental Brasil Sem Grades no ano de 2008 foram realizados dois Cursos de Paternidade Responsável.

Mapa Estratégico MPRS  
Perspectiva: Processos  
**Foco de Atuação**

Exigir o cumprimento das normas relativas à promoção e prevenção da saúde

A idéia principal deste projeto foi de se evoluir o planejamento familiar de ação básica de saúde, passando da fase de mera orientação (desenvolvida, ao longo dos anos de 2005, 2006 e 2007, através dos eventos sobre Planejamento Familiar em todas as regiões do Estado) para a fase prática, fazendo com que os cursos de **Paternidade Responsável** passem a ser treinamentos práticos permanentes às equipes que lidam com as famílias – profissionais do Ministério Público, da saúde e da educação.

Os Cursos de Paternidade Responsável geraram 31 (trinta e um) projetos, elaborados pelos alunos, projetos estes que serão executados em seus municípios de origem.

- **Saúde** – Seguindo a implementação e a difusão da **Política Estadual de Saúde** e objetivando, ainda, instrumentalizar os Promotores de Justiça na área, promovendo espaços para discussão da dinâmica do SUS e o papel do Ministério Público para a efetiva aplicação desta Política, foram realizadas no ano de 2008, seis reuniões em comarcas do interior do Estado, abrangendo-se todas as Promotorias de Justiça.

- **Saúde Preventiva** - Este projeto visa avaliar o estágio de implementação da **Estratégia de Saúde em Família**, a partir do mapeamento do número de equipes da ESF habilitadas e capacitadas em planejamento familiar, buscando a adoção da ESF nos municípios em que está ausente e sua regularização naqueles municípios em que não estiver implementada adequadamente.



Em 2008, foi efetuado o diagnóstico de cada município em relação à disponibilidade de estratégia de saúde da família em comparação com a população, assim como elaborado roteiro de atuação de acordo com o resultado do diagnóstico realizado e encontros regionais para sensibilização dos Promotores quanto à questão da saúde da família.

A análise desses dados gerou pareceres que orientaram a atuação do Ministério Público no interior do Estado, tendo relevância para a saúde de **2.518.578** (dois milhões, quinhentos e dezoito mil, quinhentos e setenta e oito) pessoas, que é o número equivalente a **22,9%** da população rio-grandense.

- **Pessoas com Deficiência** - Em 2006, o Ministério Público celebrou convênio com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, com interveniência do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com deficiência, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul e a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Altas Habilidades, objetivando a integração das atuações dos partícipes, fixando princípios de cooperação técnica para estimular ações que possibilitem a melhor informação, implementação dos direitos sociais e individuais indisponíveis e a melhoria no que se refere à acessibilidade das pessoas com deficiência no Estado. Assim, dando seguimento a esses objetivos, o Ministério Público realizou em 2008 Fóruns Permanentes da Política Pública Estadual para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades.

## Cível

Na área **cível** em geral, além de atuar em todos os processos judiciais em que há interesse social ou individual indisponível (causas de família, incapazes), o Ministério Público dedica especial atenção à defesa do patrimônio público, especialmente no combate à improbidade administrativa; no decorrer de 2008 desenvolveram-se projetos destinados a difundir os mais atualizados conceitos de combate à **improbidade administrativa** dos agentes públicos.

Mapa Estratégico MPRS  
Perspectiva: Processos  
**Foco de Atuação**

Garantir a ordem jurídica e constitucional, atuando nos processos de interesse público

- **Licitações** - O Ministério Público ajuizou ação civil pública contra o Estado do Rio Grande do Sul propondo a nulidade da licitação para a contratação de empresas de publicidade, no valor de aproximadamente **R\$ 93 milhões**. A licitação

em questão objetivava contratar seis empresas para responsabilizarem-se pelas contas publicitárias da Administração Pública direta e indireta, incluindo, dentre outros, DAER, Detran, CEEE, Corsan e Banrisul.

Dentre outras irregularidades, pôde-se apurar que houve previsão de contratação da 2ª a 6ª colocadas e não havia previsão, no edital, do valor máximo a ser pago a título de cachê e direitos autorais na reutilização de peças.

Essa ação do Ministério Público visa a impedir futuras contratações que, a par de ilegais, são prejudiciais ao Poder Público no que pertine à escolha das contratantes, aos valores a serem pagos às agências como forma de remuneração pelos serviços prestados e à própria transparência da administração pública.

- **Capacitação** - Foram realizados encontros regionais, com o objetivo de subsidiar os Promotores de Justiça, que têm como objeto suas matérias de atuação na área cível, em especial os que atuam na defesa do patrimônio público, criando procedimentos uniformes de atuação.

Tais encontros objetivaram capacitar os Promotores de Justiça mediante a entrega de informações atualizadas e troca de experiências entre os membros, para atingir um de nossos objetivos definidos, que é o incremento no combate à corrupção.

- **Controle de Fundações** - Este projeto objetiva estabelecer normas para a atuação das Curadorias e Procuradoria de Fundações, atualizando a legislação institucional sobre o funcionamento administrativo interno e a atividade de controle das fundações.

Em 2008, foi editado provimento estabelecendo normas para atuação das Curadorias e da Procuradoria de Fundações, assim como o desenvolvimento de sistema informatizado para controle; ainda foi elaborada cartilha com orientações às Fundações e roteiro para realização de inspeções com base nas melhores práticas identificadas na Instituição.

- **Banco de Dados dos Preços de Bens e Serviços Necessários à Administração Municipal** - Projeto que visa propiciar aos Membros do Ministério Público informações sobre preços de serviços e produtos adquiridos por órgãos públicos, de modo a facilitar a investigação relacionada a crimes de licitações e atos de impropriedade administrativa. Pretende-se disponibilizar aos Promotores de Justiça mecanismos que facilitem a identificação de possíveis irregularidades nas aquisições de bens e serviços pelas administrações municipais.

Ao longo de 2008, buscou-se projetos similares já desenvolvidos em outros órgãos e, com base neste levantamento, se iniciou as tratativas para realização de convênio com Instituições que já possuam bancos de dados para pesquisa de preços de bens e serviços.

## Consumidor

- **Combustíveis** - Em operação conjunta, realizada pelos Ministérios Públicos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, utilizando-se do **Laboratório Móvel** do Ministério Público Gaúcho, foram analisadas 124 amostras de combustíveis, coletadas em 84 postos de Florianópolis.

O laboratório móvel, comandado por um engenheiro químico, possui equipamentos para testar a qualidade da gasolina, álcool e óleo diesel, como analisador de ponto de fulgor, densímetro, condutivímetro eletrônico e destilador. O laboratório faz, também, testes de proveta para definição do percentual de álcool anidro na gasolina.

Desde que foi implantado o laboratório, há cinco anos, os índices de amostras com adulteração de combustíveis, no Rio Grande do Sul, foram reduzidos de **29%** para **0,4%**, graças à fiscalização permanente. Santa Catarina é o oitavo estado que recebe o apoio da equipe gaúcha.

- **Leite** - O Ministério Público assinou Termo de Cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado, a Secretaria Estadual da Saúde, a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde e a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – Fuvates, mantenedora do Centro Universitário Univates. O Termo visa implementar atuação conjunta na avaliação da conformidade dos produtos lácteos no Estado, com vistas à prevenção e repressão das abusividades ao mercado de consumo e à ordem econômica.

Tendo como objeto executar atuação conjunta no sentido de prevenir e coibir qualquer alteração das características dos produtos lácteos que tenham o potencial de torná-los inadequados, químico ou biologicamente, ao consumo, ou que, de alguma forma, desrespeite as exigências de qualidade ditadas pelo Código de Defesa do Consumidor e pela legislação específica aplicável, seja na esfera administrativa, cível ou criminal.

Mapa Estratégico MPRS  
Perspectiva: Processos  
**Foco de Atuação**

Atuar na prevenção dos danos ao consumidor e responsabilizar os agentes econômicos

## Ordem Urbanística

- **Termo de Cooperação** – Foi assinado termo de cooperação envolvendo a Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Brigada Militar, CRECI, CREA, DEMHAB, SINDUSCON, SERGS e SAERGS, com o escopo de viabilizar a regularização de **loteamentos clandestinos** e o congelamento de novas ocupações, tendo por objetivo maior a tutela do direito de moradia e o impedimento do crescimento desordenado dos assentamentos informais no âmbito da Capital gaúcha.

Mapa Estratégico MPRS  
Perspectiva: Processos  
**Foco de Atuação**

Promover a criação e fiscalizar a gestão dos planos diretores dos municípios

Regularização das ocupações e loteamentos ilícitos com finalidade urbana

- O Ministério Público e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano (SEHADUR), desenvolveram tratativas para a renovação do **Termo de Cooperação** que estabelece bases para a **cooperação técnico-operacional**, com vistas à discussão, proposição e aplicação de instrumentos normativos de política urbana e ambiental, destinados à conjugação das iniciativas dirigidas à implementação da regularização fundiária e urbanística de interesse social no Estado, mediante a democratização do acesso ao espaço urbano e efetivação dos instrumentos de política urbana, bem como à conjugação das iniciativas objetivando a universalização e a implementação de melhorias na qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos urbanos e demais questões ambientais.

Pelo ajuste, compete ao Ministério Público e à SEHADUR designar membros para promover ou participar de encontros, seminários e oficinas visando à troca de experiências, à formação bilateral, à organização de cursos de atualização acerca das questões urbanas em geral, das questões de regularização fundiária e das questões ambientais em geral, à revisão da legislação ligada a esses temas, à concepção de instrumentos e demais ações conjuntas adequadas e necessárias ao perfeito desenvolvimento do Termo de Cooperação.

- Ressalta-se também, como um dos temas que frequentou a pauta ministerial ao longo 2008, a demarcação de áreas para **pesca** e **surfe** no litoral gaúcho, trazido ao Ministério Público pelo Deputado Estadual Sandro Boka e integrantes da Federação Gaúcha de Surf (FGS).



- **Planos Diretores e Leis de Diretrizes Urbanas** - Este projeto atende a necessidade de fomentar a ocupação do solo urbano de forma ordenada, possibilitando prever de que modo está ocorrendo o crescimento das cidades, objetivando melhor qualidade de vida e proteção ao meio ambiente.

Como etapa inicial deste projeto foi realizado levantamento dos municípios com mais de 15.000 habitantes, das aglomerações urbanas e dos municípios de regiões metropolitanas que não possuem Plano Diretor ou Lei de Diretrizes Urbanas, a fim de que fosse iniciada a celebração de acordos ou a propositura de ações visando a promoção e a criação de Planos Diretores ou Lei de Diretrizes Urbanas nesses municípios.

Alguns municípios tiveram a oportunidade de obterem mais prazo para se adequar ao regramento legal. Como resultado prático, 7 municípios tiveram seu Plano Diretor ou sua Lei de Diretrizes Urbanas implementados.

Em relação aos municípios obrigados a possuírem Plano Diretor e que não atendam esta determinação, serão divulgadas orientações para a propositura de ações civis públicas, ações de improbidade administrativa e assinaturas de TACs. Além disso, será fomentada a criação de Leis de Diretrizes Urbanas ou Planos Diretores em municípios com mais de 15.000 e menos de 20.000 habitantes.

- **Roteirização do Inquérito Civil** - foi realizado no Município de Bento Gonçalves, o evento denominado **“Roteirização do Inquérito Civil: Aperfeiçoamento da Investigação Urbano-Ambiental”**. Dito evento visou **aperfeiçoar** e **uniformizar** os procedimentos investigatórios de danos urbano-ambientais nos inquéritos civis instaurados pelos órgãos de execução do Ministério Público.

## OUTRAS PERSPECTIVAS E TEMAS ESTRATÉGICOS

A fim de aprimorar a atuação ministerial nas suas principais áreas de atuação, também foram desenvolvidos projetos não diretamente ligados a atividade-fim do Ministério Público, mas que proporcionam recursos e visibilidade para a Instituição.

- **Recursos extra-orçamentários** - Este objetivo visa buscar, por meio de parcerias nos setores público e privado, bem como com entidades de fomento, recursos financeiros desvinculados da arrecadação do tesouro do Estado, que possam complementar o orçamento do Ministério Público.

Mapa Estratégico MPRS  
Perspectiva: Recursos

Captar recursos  
extra-orçamentários

Em 2008, Ministério Público captou recursos extra-orçamentários equivalentes a aproximadamente 1% de seu orçamento - **R\$ 8.054.960,00**, assim, a meta anual foi superada em **268,50%**. Como exemplos, foram garantidos por meio dessa forma de obtenção de recursos o núcleo para implantação do cadastro da Lei Maria da Penha e toda a implementação do laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro.

- **Pesquisa de Imagem** - O Ministério Público do Rio Grande do Sul estabeleceu em sua estratégia a imagem pela qual pretende ser percebido pela sociedade gaúcha, ou seja, seu posicionamento estratégico: ser reconhecido como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, por meio da indução e da fiscalização de políticas públicas (atributos: efetivo, parceiro, acessível, independente, ético, responsável e atuante).

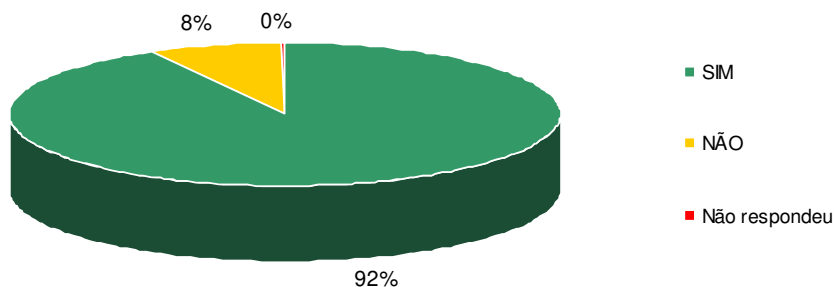
Mapa Estratégico MPRS  
Perspectiva: Sociedade

Ser reconhecido como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, por meio da indução e da fiscalização de políticas públicas

Assim, para que seja possível verificar o quanto o Ministério Público aproxima-se da imagem desejada, torna-se fundamental a realização de pesquisas periódicas para identificar a imagem que a sociedade gaúcha possui da instituição. Nesse sentido, foi realizada em 2008 a primeira Pesquisa de Imagem do MPRS. Contemplou etapas qualitativas e quantitativas, nas quais foram ouvidas **1.632** pessoas em todas as regiões do Estado que apresentaram suas impressões a respeito da Instituição.

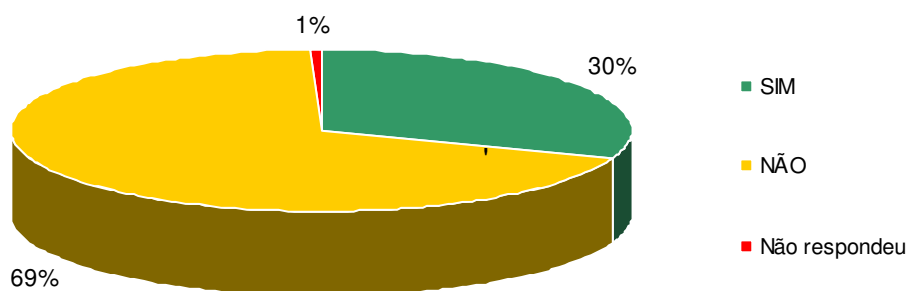
A seguir são apresentados alguns dados merecedores de destaque, dentre os diversos abordados pela pesquisa:

### Você Conhece ou já Ouviu Falar no Ministério Público do Rio Grande do Sul? (Índice 1)



Características Importantes	Metropolitana		Porto Alegre		Noroeste		Nordeste		Sudeste		Sudoeste		Centro Oriental		Centro Ocidental		Geral	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Transparência	267	52%	139	56%	139	57%	96	60%	87	58%	82	66%	62	58%	49	57%	921	57%
Responsabilidade	270	53%	141	56%	125	51%	76	48%	89	59%	58	46%	53	50%	45	52%	857	53%
Ética	179	35%	129	52%	108	44%	75	47%	68	45%	64	51%	50	47%	47	55%	720	44%
Solução de problemas	234	46%	97	39%	90	37%	72	45%	69	46%	57	46%	54	51%	24	28%	697	43%
Bom atendimento	174	34%	126	50%	88	36%	66	41%	73	49%	45	36%	44	42%	46	53%	662	41%
Competência	180	35%	100	40%	89	37%	74	46%	56	37%	61	49%	46	43%	42	49%	648	40%
Agilidade	177	35%	83	33%	85	35%	61	38%	64	43%	55	44%	46	43%	29	34%	600	37%
Acessível	131	26%	77	31%	57	23%	33	21%	57	38%	43	34%	35	33%	27	31%	460	28%
Comprometimento	124	24%	57	23%	49	20%	42	26%	44	29%	34	27%	33	31%	26	30%	409	25%
Iniciativa	95	19%	51	20%	29	12%	42	26%	21	14%	23	18%	28	26%	21	24%	310	19%
Autonomia	115	23%	51	20%	28	12%	23	14%	26	17%	27	22%	18	17%	11	13%	299	18%
Parceria	69	14%	34	14%	27	11%	26	16%	25	17%	8	6%	9	8%	12	14%	210	13%
<b>BASE</b>	<b>509</b>	<b>100%</b>	<b>250</b>	<b>100%</b>	<b>243</b>	<b>100%</b>	<b>160</b>	<b>100%</b>	<b>150</b>	<b>100%</b>	<b>125</b>	<b>100%</b>	<b>106</b>	<b>100%</b>	<b>86</b>	<b>100%</b>	<b>1.629</b>	<b>100%</b>

### Você já Utilizou os Serviços do Ministério Público do Rio Grande do Sul?







- **Atendimento ao Público** - Este projeto visa **padronizar rotinas de atendimento**, com especial atenção aos procedimentos de triagem, agendamento, encaminhamento e registro, bem como a avaliação do atendimento através da aplicação de pesquisa de satisfação. Desenvolveu-se projeto-piloto nas Promotorias de Justiça de Tapes, Passo Fundo, Jaguarão, Taquara e Caxias do Sul. Em janeiro de 2009 o projeto será implantado, conforme o cronograma do Programa Veraneio, nas Promotorias de Justiça de Torres, Capão da Canoa e Tramandaí.

Mapa Estratégico MPRS  
Perspectiva: Processos

Intensificar a  
comunicação do MP  
com a sociedade

Aprimorar o atendimento  
ao público

- **Portal Transparência MP** - Este portal disponibiliza dados sobre a gestão da Instituição através do site do MP na internet. Por meio do portal Transparência, o cidadão pode ser fiscal do Ministério Público. É uma ferramenta que garante um controle, por parte da comunidade gaúcha, da Instituição.



Além de proporcionar o acesso a dados sobre a gestão e a estrutura do Ministério Público, a página reúne em sua interface vários serviços. São 10 seções: Ouvidoria, Gestão Estratégica, Gestão Fiscal, Diário Eletrônico, Receitas, Gastos, Prestação de Contas, Licitações, Legislação e Membros do MP. A navegação é ágil e os dados são disponibilizados de forma gratuita e segura.



- **Pesquisa de Satisfação** - A qualidade do atendimento prestado aos usuários dos serviços do Ministério Público deve ser, sempre, um compromisso institucional. Por isso, faz-se necessário colher informações e sugestões dos destinatários desses serviços, bem como realizar, sistematicamente, avaliações dos atendimentos prestados, tudo com a finalidade de proporcionar a contínua melhoria do serviço de atendimento ao público.

A idéia vem sendo aprimorada no âmbito do Ministério Público desde o **Programa Veraneio** de 2003, que implementou a iniciativa pioneira de aferição do grau de satisfação dos usuários de nossos serviços. A partir dessa experiência e de outras iniciativas isoladas de Promotorias de Justiça do interior do Estado, como parte integrante do **Projeto Atendimento ao Público**, formatou-se um questionário, que é colocado à disposição do público que procura atendimento nas Promotorias de Justiça, e que busca aferir o grau de satisfação do usuário com o atendimento prestado pelos servidores e Membros do Ministério Público, bem como em relação ao tempo de espera, encaminhamento dado ao caso e às condições físicas e de infra-estrutura dos espaços destinados aos atendimentos.



Ouvindo os usuários dos serviços ministeriais, acredita-se, estar-se-á caminhando no sentido de aproximar a população do Ministério Público, uma vez que esse diálogo com a sociedade propiciará à Instituição a correção de eventuais deficiências e a conseqüente melhoria do serviço, o que, em última análise, atende ao compromisso de zelar pelo respeito absoluto ao cidadão, destinatário final de todo o serviço público.

A pesquisa para aferição da **qualidade do atendimento** prestado pelo Ministério Público é realizada por meio de questionário com perguntas fechadas, a ser respondido pelos usuários após o atendimento realizado, em local reservado, evitando-se, assim, qualquer constrangimento/influência nas respostas. Para uma melhor compreensão das informações colhidas, são utilizados dois formulários, um para aqueles que comparecem espontaneamente à Promotoria de Justiça, e outro para os que comparecem em função de notificação.


Dê a sua  
opinião

MINISTÉRIO PÚBLICO  
Estado do Rio Grande do Sul

Promotoria de Justiça de Tramandaí

1. Quanto tempo você esperou para ser atendido ?  10 minutos  20 minutos  30 minutos  1 hora  +1 mais de 1 hora

2. Solicitou atendimento pelo Promotor de Justiça?  Sim  Não

3. Foi atendido pelo Promotor de Justiça?  Sim  Não

**Assinale seu nível de satisfação:**  ótimo  bom  regular  ruim

4. Tempo de espera?  😊  😄  😐  ☹️

5. Atendimento pelo funcionário?  😊  😄  😐  ☹️

6. Atendimento pelo Promotor de Justiça?  😊  😄  😐  ☹️

7. Encaminhamento dado ao seu caso?  😊  😄  😐  ☹️

8. Instalações da Promotoria (ex.: comodidade, privacidade, condições de acesso ao prédio, etc.)  😊  😄  😐  ☹️

9. Avaliação geral do atendimento?  😊  😄  😐  ☹️

10. Na sua opinião, qual(ais) das áreas abaixo enumeradas o MP deve dar prioridade em suas ações?

CRIME       CORRUPÇÃO       CONSUMIDOR       MEIO AMBIENTE

INFÂNCIA E JUVENTUDE       DIREITOS HUMANOS (SAÚDE, IDOSOS, DEFICIENTES E ETC.)

PROBLEMAS URBANOS (LOTEAMENTO, SANEAMENTO, PLANO DIRETOR, ÁREA VERDE, ETC.)       OUTRA. QUAL? \_\_\_\_\_

**Escreva aqui suas críticas, elogios e sugestões:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Caso queira identificar-se:**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_ fone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Se preferir, acesse [www.mp.rs.gov.br/ouvidoria](http://www.mp.rs.gov.br/ouvidoria) ou ligue (51) 3295-1601

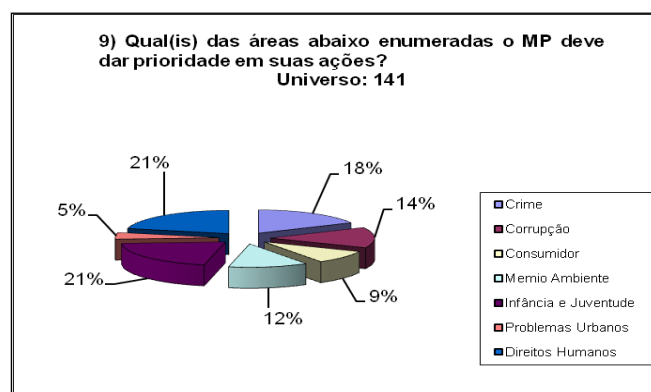
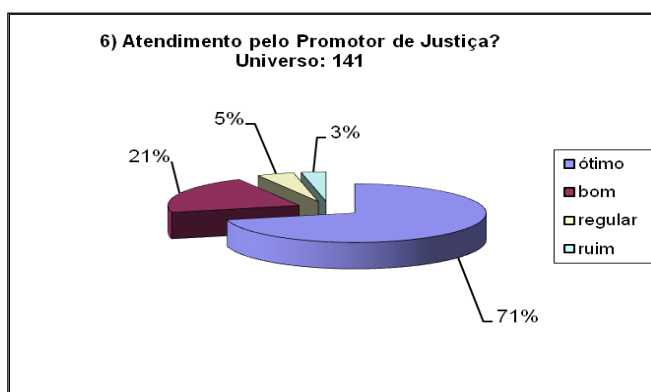
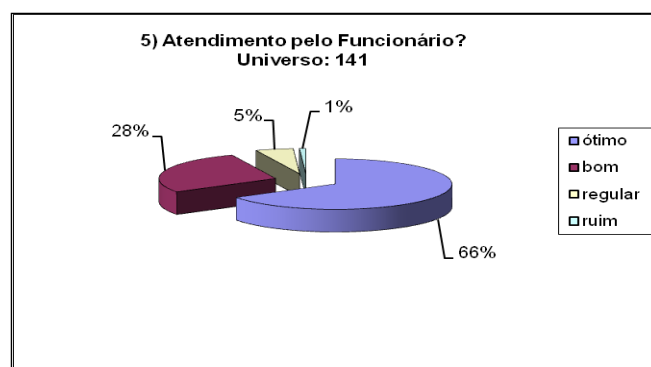
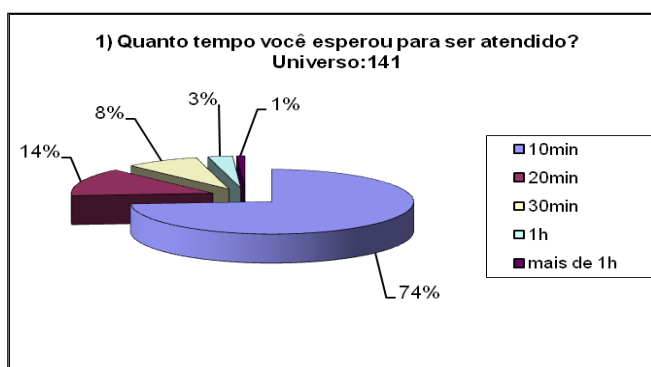
Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

comparecimento espontâneo

Os dados são totalizados periodicamente, e os resultados obtidos analisados pelo GABPLAN, SUBINST e pelos titulares de cargo das Promotorias de Justiça onde a pesquisa é realizada.

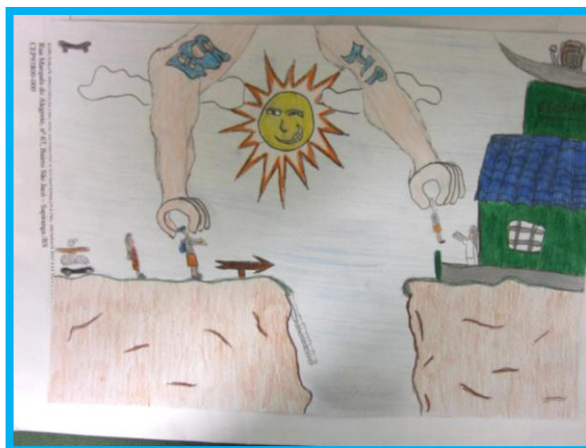
Realizado um levantamento preliminar das pesquisas de satisfação, considerado um período de três meses de implementação, nas Promotorias de Tapes (julh/ago/set), Passo Fundo (ago/set/out), Jaguarão (set/out/nov), Caxias do Sul (out/nov/dez) e Taquara (set/out/nov), chegou-se ao seguinte resultado: Somatório das respostas “Ótimo” / Somatório de todas as respostas X 100) = **60,98%**; (Somatório das respostas “Ótimo” + “Bom” / Somatório de todas as respostas X 100) = **92,42%**.

### Gráficos da pesquisa de satisfação Promotoria de Justiça de Caxias do Sul (outubro/2008)





- Programa “Aperfeiçoar a comunicação externa do Ministério Público”- Desencadearam-se projetos estratégicos que foram apresentados à comunidade, em setembro de 2008, com o painel “Ministério Público, Imprensa e Controle Social: há intocáveis na República?”, que contou com a participação de renomados jornalistas, juristas e acadêmicos.



Dentre os projetos destaca-se o **1º Prêmio Estudantil do Ministério Público Guardião da Sociedade** que laureou os quatro melhores trabalhos de estudantes nas categorias ilustração e redação sobre as competências e atribuições constitucionais do Ministério Público. Foram recebidos **292** trabalhos de diversas regiões do Estado.

O **1º Prêmio Estadual de Monografia Jurídica** teve como temática “O papel do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais indisponíveis”. Foram recebidos 18 trabalhos de estudantes de Direito de todo o Rio Grande do Sul.

Implantou-se, também, o projeto **radioescuta** que monitora, diariamente, três grandes veículos de rádio da capital. Destaca-se, ainda, o projeto piloto de **estagiários de jornalismo no interior** do Estado. Santa Maria, Passo Fundo, Pelotas e Caxias do Sul receberam estagiários de jornalismo, que foram selecionados e treinados em ação conjunta da Assessoria de Imprensa com os Promotores das referidas comarcas. Tal projeto tem-se mostrado bastante positivo na medida em que amplia a divulgação da atuação do Ministério Público.



No ano de 2008, a Assessoria de Imprensa produziu **916** matérias jornalísticas para o site do Ministério Público, que acabou por tornar-se verdadeira **agência de notícias**, com o aumento significativo do acesso de usuários ao site. Foram gravados **425** boletins de áudio e **52** programas de televisão “**Conhecendo o Ministério Público**”.

- **Campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”** - O Ministério Público associou-se ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ) e à Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) para divulgar a campanha “**O que você tem a ver com a corrupção?**”, tendo como objetivo principal **conscientizar a sociedade**, especialmente crianças e adolescentes, em relação aos malefícios da corrupção, a partir de um diferencial: que é o incentivo à **honestidade** e **transparência** das atitudes do cidadão comum, destacando atos rotineiros que contribuem para a formação do caráter.



O projeto como um todo pretende alcançar dois pontos fundamentais. Em um primeiro momento, **reduzir a impunidade** através da abertura de um canal real para oferecimento e encaminhamento de denúncias; e, em longo prazo, **educar** e **estimular** as novas gerações para que contribuam na construção de um Brasil mais justo e sério.

- **Programa Veraneio** - A exemplo do que ocorreu nos últimos anos o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, através do **Programa Veraneio**, implementado durante os meses de janeiro e fevereiro de 2008 nas Promotorias de Justiça de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres, adotou medidas estratégicas para responder às necessidades decorrentes do aumento da população (e, conseqüentemente, das demandas sociais e dos conflitos interindividuais) no litoral norte.

Registram-se, a seguir, os números finais referentes à pesquisa de opinião Programa Veraneio 2008 (universo da pesquisa = 534 formulários preenchidos):

Questionamento	Comparecimento espontâneo	Comparecimento por notificação	Média
Quanto tempo você esperou para ser atendido?	Até 10 min 76%	Até 10 min 58%	<b>67% até 10 min</b>
	Até 20 min 18%	Até 20 min 20%	<b>19% até 20 min</b>
Você solicitou atendimento pelo Promotor de Justiça?	Sim 82%	Não 18%	
Você considera esse tempo de espera:	Ótimo 67%	Ótimo 47%	<b>89,5%</b> de avaliação positiva
	Bom 28%	Bom 37%	
Foi atendido pelo Promotor de Justiça?	Sim 83%		
	Não 17%		
Atendimento prestado pelo funcionário da Promotoria:	Ótimo 78%	Ótimo 57%	<b>97,5%</b> de avaliação positiva
	Bom 20%	Bom 40%	
Atendimento prestado pelo Promotor de Justiça:	Ótimo 75%	Ótimo 58%	<b>97%</b> de avaliação positiva
	Bom 23%	Bom 38%	
Encaminhamento dado a seu caso pelo Promotor de Justiça:	Ótimo 67%	Ótimo 47%	<b>91,5%</b> de avaliação positiva
	Bom 29%	Bom 40%	
Avalie as instalações da promotoria destinadas ao atendimento (ex.: comodidade, privacidade, condições de acesso ao prédio, etc.):	Ótimo 63%	Ótimo 58%	<b>97,5%</b> de avaliação positiva
	Bom 37%	Bom 37%	
Horário de expediente externo da Promotoria:	Ótimo 61%	Ótimo 56%	<b>97%</b> de avaliação positiva
	Bom 35%	Bom 42%	
Na sua opinião, qual(ais) das áreas abaixo enumeradas o MP deve dar prioridade em suas ações?	Crime em geral - 19%	Crime em geral - 20%	<b>19,5 %</b>
	Corrupção - 15%	Corrupção - 15%	<b>15%</b>
	Consumidor - 9%	Consumidor - 7%	<b>8%</b>
	Infância e Juventude, Idosos e Deficientes - 31%	Infância e Juventude, Idosos e Deficientes - 33%	<b>32%</b>
	Meio Ambiente - 13%	Meio Ambiente - 13%	<b>13%</b>
	Trabalho Infantil/Trabalho Escravo - 0%	Trabalho Infantil/Trabalho Escravo - 0%	<b>0%</b>
	Nenhuma destas - 13%	Nenhuma destas - 12%	<b>12,5%</b>



# *Atuação Funcional*







**TOTAL GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PRIMEIRO GRAU****1 - Relatório referente à matéria da Defesa Comunitária e Cidadania****1.1 - Atuação Extrajudicial**

01) Pessoas atendidas	28.879
02) Notícias/representações/reclamações recebidas	10.364
03) Indeferimento de instauração	1.126
04) Peças de informação/inquéritos civis/procedimentos administrativos instaurados	11.775
05) Manifestações diversas	166.392
06) Audiências realizadas (IC, PI e PA)	14.325
07) Vistorias realizadas pessoalmente	446
08) Participações em reuniões e eventos	2.172
09) Audiências públicas/reuniões realizadas	1.336
10) Compromissos de ajustamento firmados	4.156
11) Recomendações	338
12) Promoções de arquivamento	9.238

**1.2 - Atuação Judicial**

13) Ações ajuizadas	2.265
14) Réplicas	972
15) Memoriais/debates	430
16) Razões e contra-razões	812
17) Acordos homologados	80
18) Audiências judiciais assistidas	1.780
19) Audiências judiciais não assistidas	249
20) Outras manifestações	16.224

**1.3 - Atuação Criminal**

21) Procedimentos investigatórios criminais instaurados	457
22) Requisição de IP ou TC	688
23) Denúncias oferecidas	850
24) Encaminhados ao JECRIM	2.070
25) Pedidos de diligências	675
26) Promoções de arquivamento	1.407
27) Alegações escritas/debates	205
28) Audiências judiciais assistidas	1.929
29) Audiências judiciais não assistidas	357
30) Razões/contra-razões	118
31) Outras hipóteses	5.486

## 2 - Relatório referente à matéria da Infância e Juventude

### 2.1 - Matéria Cível

#### 2.1.1 – Atuação Extrajudicial

01) Notícias/representações/reclamações recebidas	14.071
02) Peças de informações e inquéritos civis instaurados	949
03) Outros expedientes administrativos instaurados no período (PA, RD, NT etc.)	10.449
04) Indeferimento de instauração	143
05) Audiências realizadas (IC, PI, SI e PA)	5.709
06) Manifestações diversas em expedientes	93.984
07) Vistorias realizadas pessoalmente	247
08) Recomendações	332
09) Compromissos de ajustamento firmados	283
10) Promoções de arquivamento	7.977
11) Expedientes sem impulso há mais de 30 dias	877
12) Participação em reuniões e eventos	1.397
13) Audiências públicas/reuniões realizadas	1.218
14) FICALs recebidas	5.699
15) Comunicações de internação compulsória recebidas	1.224

#### 2.1.2 – Atuação Judicial

16) Ações civis ajuizadas no período	923
17) Representações por irregularidades ou infrações administrativas ajuizadas	426
18) Medidas de proteção propostas no período	1.862
19) Suspensão ou destituição do poder familiar propostas no período	732
20) Razões e contra-razões de recursos	904
21) Pareceres	6.174
22) Promoções diversas	56.174
23) Processos com vista, fora do prazo	07

### 2.2 - Matéria Criminal

24) Inquéritos policiais recebidos no período	1.187
25) Inquéritos policiais vindos do período anterior	271
26) PICs instaurados no período	74
27) PICs em tramitação	304
28) PICs pendentes de manifestação	20
29) Pedidos de diligências sem denúncia	280
30) Denúncias oferecidas	357
31) Pedidos de arquivamento	556

### 2.3 - Ato Infracional

32) Expedientes transferidos do período anterior	1.475
33) Expedientes recebidos no período	32.264
34) Pedidos de diligências	4.003
35) Expedientes pendentes de manifestação	682
36) Pedidos de arquivamento	10.172
37) Audiências de apresentação realizadas	14.388
38) Remissões concedidas, sem aplicação de medidas	1.821
39) Remissões concedidas, com aplicação de medidas	7.117
40) Representações oferecidas	7.011
41) Internações provisórias requeridas	863

**2.3.1 – Adolescentes Representados**

42) Total de adolescentes representados	8.136
43) Representados por homicídio doloso, consumado ou tentado, simples ou qualificado:	289
44) Idem, cometido em bando ou gangue	07
45) Idem, no ambiente doméstico	04
46) Idem, contra criança ou adolescente	06
47) Por homicídio culposo no trânsito	07
48) Por lesões corporais	1.103
49) Por lesões corporais no trânsito	22
50) Por latrocínio, consumado ou tentado	61
51) Por roubo, consumado ou tentado	1.012
52) Por furto, consumado ou tentado	2.701
53) Por infração à liberdade sexual	135
54) Por tráfico de drogas	284
55) Por porte de entorpecentes	297
56) Por porte de arma	235
57) Outros atos infracionais	2.484

**2.3.2 – Fase Judicial**

58) Manifestações diversas na fase de conhecimento	17.708
59) Debates orais	466
60) Memoriais	3.035
61) Recursos interpostos pelo Ministério Público	510
62) Contra-razões de recursos	1.155
63) Promoções na fase de execução de medida socioeducativa	14.539

**2.3.3 – Medidas Socioeducativas Aplicadas**

64) Advertência	4.163
65) Reparação do dano	116
66) Prestação de serviço à comunidade	2.709
67) Liberdade assistida	505
68) Semiliberdade	26
69) Internação com atividades externas	71
70) Internação sem atividades externas	254
71) Progressões em medidas aplicadas	81
72) Regressões de medidas aplicadas	104

**2.4 – Dados Gerais**

73) Pessoas atendidas	23.956
74) Procedimentos em tramitação na Promotoria, relacionados a abrigo	133
75) Crianças/adolescentes abrigados no período	3.563
76) Total de crianças/adolescentes abrigados	1.304
77) Entidades de abrigo existentes no Estado	90
78) Audiências judiciais assistidas	21.131
79) Audiências judiciais não assistidas	3.317

**2.5 – Informações do Cartório Judicial**

80) Processos de apuração de ato infracional em andamento	7.573
81) Demais processos da infância e juventude em andamento	19.033
82) Processos de execução de medida socioeducativa em andamento	3.198
83) Reparação do dano	69
84) Prestação de serviço à comunidade	1.775

85) Liberdade assistida	495
86) Semiliberdade	07
87) Internação	91

### 3 - Relatório referente à matéria Cível

#### 3.1 - Família e Sucessões

01) Intervenções em habilitação de casamento	34.992
02) Promoções	149.948
03) Pareceres	68.513
04) Ações ajuizadas pelo Ministério Público	586
05) Acordos firmados na Promotoria	424
06) Inspeções do Ministério Público (tutelas e interdições)	209
07) Recursos interpostos pelo Ministério Público	94
08) Manifestação em recursos das partes	1.202
09) Outras hipóteses	3.132

#### 3.2 - Varas Cíveis

10) Ações ajuizadas pelo Ministério Público	598
11) Promoções	46.632
12) Pareceres	25.821
13) Recursos interpostos pelo Ministério Público	352
14) Manifestações em recursos das partes	1.372
15) Outras hipóteses de intervenção	3.317

#### 3.3 - Fundações

16) Fundações em funcionamento	361
17) Visitas de inspeção realizadas	98
18) Pareceres prévios em aprovação de contas de fundações	08
19) Outras formas de atuação	374

#### 3.4 - Fazenda Pública

20) Promoções	56.066
21) Pareceres	107.523
22) Recursos interpostos pelo Ministério Público	1.121
23) Manifestações em recursos das partes	24.493
24) Outras hipóteses	8.338

#### 3.5 - Registros Públicos

25) Promoções	6.161
26) Pareceres	6.299
27) Ações ajuizadas pelo Ministério Público	47
28) Recursos interpostos pelo Ministério Público	13
29) Manifestações em recursos das partes	39
30) Outras hipóteses	720

### 3.6 – Falência e Recuperação de Empresas

#### 3.6.1 – Matéria Criminal

31) Promoções diversas em inquéritos ou PICs	460
32) Inquéritos policiais requisitados	00
33) Extinção da punibilidade	61
34) Denúncias oferecidas	58
35) PICs em andamento	01
36) PICs instaurados	35
37) PICs arquivados	39

#### 3.6.2 – Matéria Cível

38) Promoções em falências	6.222
39) Pareceres em falências	1.421
40) Promoções em recuperações judiciais	202
41) Pareceres em recuperações judiciais	22
42) Pareceres em habilitação de crédito	6.574
43) Recursos interpostos pelo Ministério Público	24
44) Leilões assistidos	107
45) Vistorias e inspeções	14
46) Ações ajuizadas	88
47) Outras hipóteses	11.619

### 3.7 – Dados Gerais

48) Pessoas atendidas	27.253
49) Audiências assistidas	65.018
50) Audiências não assistidas	19.701
51) Assistência a rescisões de contrato de trabalho	10.750
52) Número de processos em carga ao final do período, fora do prazo	297

### 3.8 – Informações do Cartório Judicial

53) Processos cíveis em andamento	1.131.422
-----------------------------------	-----------

## 4 - Relatório referente à matéria Eleitoral

### 4.1 - Atuação como Promotor Eleitoral

01) Inquéritos policiais recebidos do período anterior	21
02) Inquéritos policiais recebidos no período	446
03) Outros expedientes investigatórios recebidos	855
04) Pedidos de arquivamento de inquéritos policiais	156
05) Pedidos de diligências em inquéritos policiais	121
06) Procedimentos investigatórios criminais instaurados no período (Res.03/04-OECPMP)	81
07) Denúncias oferecidas	175
08) Promoções diversas em feitos criminais	1.127
09) Alegações finais	140
10) Ações/medidas ajuizadas pelo Promotor de Justiça	568
11) Ações de impugnação de registro de candidatura propostas	612
12) Ações de impugnação de mandato eletivo	36
13) Investigações judiciais eleitorais propostas	108
14) Representações por propaganda irregular propostas	566
15) Pareceres/intervenções diversas	40.777
16) Razões em recurso interpostos pelo Ministério Público	187

17) Contra-razões em recursos	356
18) Pareceres em recursos	197
19) Outras hipóteses de atuação	1.982

#### 4.2 - Dados Gerais

20) Pessoas atendidas na Promotoria	4.330
21) Audiências assistidas	1.023
22) Audiências não assistidas	69
23) Inquéritos policiais pendentes de vista ao Ministério Público	00
24) Inquéritos policiais pendentes de manifestação no prazo	00
25) Inquéritos policiais pendentes de manifestação com prazo excedente	00
26) Número de processos em carga, ao final do período no prazo	89
27) Número de processos em carga, ao final do período fora do prazo	00
28) Número de processos devolvidos ao cartório sem exame	01

### 5 - Relatório referente à matéria Criminal

#### 5.1 - Expedientes Investigatórios

##### 5.1.1 - Inquéritos Policiais

01) Transferidos do período anterior	5.415
02) Recebidos no período	235.518
03) Outros expedientes investigatórios recebidos/Sindicâncias recebidas	45.272
04) Pedidos de diligência sem denúncia	23.310
05) Devolvidos com pedido de arquivamento	93.424
06) Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	6.934
07) Manifestações diversas	111.301
08) Denúncias oferecidas	38.646
09) Pendentes de manifestação no prazo	1.761
10) Pendentes de manifestação com prazo excedente	3.210

##### 5.1.2 - Procedimentos Investigatórios Criminais (Res. 03/04-OECPMP)

11) Instaurados no período	681
12) Em andamento	342
13) Manifestações diversas	5.008
14) Audiências realizadas	938
15) Pessoas ouvidas por termo	1.150
16) Promoções de arquivamento	348
17) Denúncias oferecidas	156
18) Pendentes de manifestação	452

#### 5.2 - Juizado Comum

19) Pareceres e promoções diversos em processos criminais	175.443
20) Alegações finais escritas	24.838
21) Debates orais	1.206
22) Apelações interpostas	4.937
23) Recursos em sentido estrito interpostos	668
24) Contra-razões recursais	13.261
25) Correições parciais propostas	148
26) Mandados de segurança propostos	06
27) Habeas corpus propostos	330
28) Audiências judiciais assistidas	88.433
29) Audiências judiciais não assistidas	21.691

30) Propostas de suspensão condicional do processo	2.613
31) Processos pendentes de manifestação no prazo	548
32) Processos pendentes de manifestação fora do prazo	309

### 5.3 - Juizado Especial Criminal

33) Termos circunstanciados transferidos do período anterior	2.783
34) Termos circunstanciados recebidos no período	237.537
35) Termos pendentes de manifestação	2.801
36) Manifestações diversas em termos circunstanciados	119.667
37) Denúncias oferecidas:	
37.1) Oraís	315
37.2) Escritas	10.342
38) Pedidos de diligência	13.809
39) Promoções de arquivamento por renúncia	14.226
40) Outras promoções de arquivamento	42.735
41) Pedidos de extinção da punibilidade	30.553
42) Transações propostas	24.491
43) Transações propostas com medida amparada nos objetivos do Projeto Justiça Terapêutica	989
44) Propostas de suspensão condicional do processo	4.698
45) Audiências assistidas	84.107
46) Audiências não assistidas	24.664
47) Recursos interpostos	442
48) Contra-razões oferecidas	962
49) Manifestações diversas em processos	18.439
50) Debates oraís	742
51) Alegações escritas em substituição aos debates	1.659
52) Correições parciais propostas	22
53) Mandados de segurança propostos	00
54) Habeas corpus propostos	00
55) Pareceres emitidos (Turma Recursal)	2.085
56) Atuações em sessões realizadas (Turma Recursal)	20
57) Processos pendentes de manifestação fora do prazo	120

### 5.4 - Pessoas Denunciadas (Consumado e Tentado)

58) Crimes de responsabilidade cometidos por ex-prefeitos	08
59) Crimes comuns cometidos por ex-prefeitos	14
60) Homicídio com dolo eventual no trânsito	46
61) Homicídio contra criança ou adolescente	22
62) Homicídio no ambiente doméstico	50
63) Homicídio culposo no trânsito	623
64) Homicídio culposo praticado por médico	12
65) Homicídio culposo (outras hipóteses)	201
66) Homicídio doloso	2.396
67) Aborto	69
68) Lesões graves contra criança ou adolescente	45
69) Omissão de socorro praticado por médico	01
70) Maus-tratos contra criança ou adolescente	232
71) Furto de veículos	814
72) Furto de residência ou comércio	8.412
73) Roubo contra pedestre	2.117
74) Roubo em residência ou estabelecimento comercial	2.515
75) Roubo a banco ou a transporte de valores	81
76) Roubo em transporte coletivo	449



77) Roubo contra criança ou adolescente	29
78) Roubo de veículo	891
79) Latrocínio em residência ou estabelecimento comercial	129
80) Latrocínio em transporte coletivo	04
81) Latrocínio contra criança ou adolescente	04
82) Extorsão mediante seqüestro	27
83) Receptação de veículos ou peças	1.644
84) Estelionato	2.104
85) Estupro ou atentado violento ao pudor	574
86) Idem, no ambiente doméstico	162
87) Idem, contra criança ou adolescente	701
88) Idem, cujo agente tem vínculo familiar com a vítima	228
89) Abandono material ou intelectual	331
90) Contra a administração pública	1.375
91) Contra a administração da justiça	561
92) Porte de arma	3.925
93) Tortura	57
94) Tortura contra criança ou adolescente	42
95) Embriaguez ao volante	2.184
96) Racismo	07
97) Meio ambiente	765
98) Tráfico de drogas	3.927
99) Porte de tóxicos para uso próprio	1.373
100) Ordem tributária	178
101) Falimentares	06
102) Abuso de autoridade civil	21
103) Abuso de autoridade militar	113
104) Falsificação de medicamentos	06
105) Relações de consumo	116
106) Outras infrações penais	2.269

### 5.5 - Da Prisão e Liberdade

107) Pareceres em pedidos de prisão/liberdade provisória	20.541
108) Prisões provisórias requeridas	2.025
109) Recursos interpostos	128

### 5.6 - Tribunal do Júri

110) Audiências assistidas	5.483
111) Audiências não assistidas	566
112) Alegações do artigo 406 do CPP	1.629
113) Libelos	1.201
114) Outros pareceres e promoções	14.948
115) Recursos na fase da pronúncia	132
116) Sessões transferidas a pedido do Promotor de Justiça	54
117) Sessões realizadas no período	1.296
118) Réus absolvidos com pedido do MP	311
119) Réus absolvidos sem pedido do MP	235
120) Réus condenados	884
121) Recursos interpostos na fase do julgamento em plenário	201
122) Contra-razões recursais	1.396
123) Processos pendentes de manifestação no prazo	80
124) Processos pendentes de manifestação fora do prazo	30

**5.7 – Execução Penal**

125) Guias de execução fiscalizadas	18.091
126) Pareceres e promoções	171.237
127) Mandados de segurança e outras medidas acautelatórias	36
128) Recursos interpostos	5.443
129) Processos pendentes de manifestação no prazo	274
130) Processos pendentes de manifestação fora do prazo	22
131) Visitas de controle a presídios	234

**5.8 – Auditoria Militar**

132) Inquéritos policiais transferidos do período anterior	01
133) Inquéritos policiais recebidos no período	3.905
134) Outros expedientes investigatórios recebidos/Sindicâncias recebidas	161
135) PICs instaurados (Res. 03/04-OECPMP)	00
136) Pedidos de diligência sem denúncia	708
137) Denúncias oferecidas	286
138) Devolvidos com pedido de arquivamento	1.338
139) Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	44
140) Devolvidos com outra manifestação	1.724
141) Pendentes de manifestação no prazo	35
142) Pendentes de manifestação com prazo excedente	35
143) Alegações escritas	189
144) Sessões de julgamento realizadas	339
145) Recursos interpostos	48
146) Contra-razões recursais	117
147) Promoções e pareceres em processos cíveis	198
148) Audiências judiciais assistidas	3.066
149) Audiências judiciais não assistidas	697

**5.9 – Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Lei 11.340/2006**

150) Inquéritos e expedientes recebidos	27.452
151) Pareceres em pedidos de medidas protetivas	1.982
152) Promoções diversas em inquéritos policiais ou procedimentos investigatórios	17.559
153) Pareceres em pedidos de prisão preventiva/liberdade provisória	513
154) Arquivamentos de inquéritos policiais e expedientes	7.188
155) Denúncias oferecidas	1.796
156) Prisões Preventivas requeridas pelo MP	146
157) Medidas protetivas de urgência requeridas pelo MP	196
158) Inquéritos e expedientes pendentes de manifestação no prazo	995
159) Inquéritos e expedientes pendentes de manifestação com prazo excedente	531
160) Promoções diversas em processos	3.847
161) Debates orais	118
162) Alegações escritas em substituição aos debates	461
163) Razões recursais	57
164) Contra-razões de recurso	282
165) Renúncias	3.223
166) Acordos diversos	655
167) Fiscalização dos estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar	01
168) Recomendações expedidas	00
169) Número de pessoas atendidas na Promotoria de Justiça	1.320
170) Audiências judiciais assistidas	13.548
171) Audiências judiciais não assistidas	4.720

172) Processos em andamento	4.812
-----------------------------	-------

### 5.9.1 - PESSOAS DENUNCIADAS (consumado e tentado)

173) Lesões Corporais contra a (ex-) esposa/(ex-) companheira	694
174) Lesões Corporais contra ascendente, descendente, irmã ou outro familiar	131
175) Ameaça contra (ex-) esposa/(ex-) companheira	744
176) Ameaça contra ascendente, descendente, irmã ou outro familiar	127
177) Outros delitos	270

### 5.10 - Informações Gerais

178) Pessoas atendidas na Promotoria	17.958
179) Atos de controle externo da atividade policial	1.759
180) Inquéritos policiais pendentes de vista junto ao Poder Judiciário	5.467
181) Inquéritos policiais aguardando cumprimento de diligências	9.214
182) Processos criminais em andamento	128.854
183) Processos de execução criminal em andamento	17.504
184) Processos de Júri em andamento	8.233
185) Processos do Juizado Especial Criminal em andamento	68.161
186) Processos da Auditoria Militar em andamento	318

## 6 - Relatório referente à Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de POA - 4º, 5º e 6º Cargos

01) Visitas de controle a estabelecimentos penais	120
02) Pessoas atendidas na Promotoria de Justiça	4.228
03) Informações remetidas a apenados	7.193
04) Processos de execução criminal analisados	845
05) Expedientes administrativos instaurados	5.516
06) Expedientes administrativos arquivados	1.455
07) Apenados ouvidos	1.723
08) Despachos	7.957
09) Requisições de inquéritos ou sindicâncias	28
10) Pedidos de interdição ou outros de ordem administrativa	02
11) Reuniões externas	122
12) Requisições de laudos médicos/odontológicos/psiquiátricos	806

## 7 - Relatório referente ao Plantão de Porto Alegre

### 7.1 - INTERVENÇÕES

#### 7.1.1 - Infância e Juventude

01) Adolescentes infratores apresentados	723
02) Representações contra adolescentes	379
03) Pedido de internação de adolescente	359
04) Pedido de outras medidas de proteção	219

#### 7.1.2 - Cível

05) Pedido do Ministério Público de internação psiquiátrica	15
06) Manifestação em ação com interesse de menor	75
07) Outras manifestações	187

**7.1.3 – Criminal**

08) Manifestação em auto de prisão em flagrante	1.870
09) Pareceres em pedido de liberdade provisória	701
10) Manifestação em representação de prisão preventiva	142
11) Manifestação em representação de prisão temporária	178
12) Manifestação em pedido de revogação de prisão temporária	24
13) Manifestação em representação em pedido de busca e apreensão	452
14) Manifestação em representação de interceptação telefônica	239
15) Pedido de prisão preventiva	252
16) Quebra de sigilo telefônico	156
17) Outras manifestações	410

**7.2 - DESIGNAÇÕES – JUIZADO COMUM**

18) Contra-razões recursais	595
-----------------------------	-----

**7.2.1 - Inquéritos policiais**

19) Devolvidos com denúncias	236
20) Devolvidos com pedido de arquivamento	323
21) Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	49
22) Devolvidos com pedido de diligências	257

**8 – Promotorias de Justiça****8.1 – entrância inicial**

Promotores	127
Comarcas	119
Cargos: classificados/substitutos	158/50

**8.2 – entrância intermediária**

Promotores	255
Comarcas	44
Cargos: classificados/substitutos	254/12

**8.3 – entrância final**

Promotores	172
Comarcas	01
Cargos: classificados/substitutos	134/65

**9 – Procuradorias de Justiça****9.1 – Procuradorias de Justiça Criminal - Cargos**

Total previsto:	33
Providos:	31
Vagos:	02

**9.2 – Procuradorias de Justiça Cível - Cargos**

Total previsto:	63
Providos:	58
Vagos:	02
Não ativado	03

**9.3 – Procuradorias de Justiça Especializada – transformada pela Lei n.º 11.313/99, parágrafo único, art. 1º, em 2008 - Cargos**

Total previsto:	00
Providos:	00
Vagos:	00

**9.4 – Procuradores de Justiça Substitutos - Cargos**

Total previsto:	29
Providos:	21
Vagos:	08

**Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Cível**

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos Com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
2007	5.159	80.316	77.056	2.037	1.045
2008	2.037	75.166	71.841	3.568	878

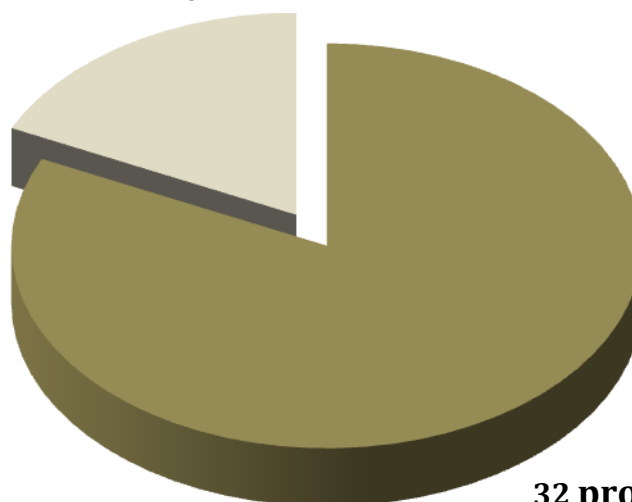
**Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Criminal**

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos Com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
2007	1.778	35.793	35.552	482	428
2008	482	33.307	32.550	539	341

### Ações Diretas de Inconstitucionalidade Propostas

Em 2008, o Procurador-Geral de Justiça, propôs **85** Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado. Dessas, **46** pendem de julgamento, e no universo das ações julgadas (39), **32** foram julgadas procedentes (**03** parcialmente) e **07** improcedentes.

**7 improcedentes - 18%**



**32 procedentes - 82%**

### Procuradoria de Prefeitos

No período de janeiro a dezembro de 2008, na área criminal, a Procuradoria de Prefeitos desenvolveu as seguintes atividades:

DESCRIÇÃO		TOTAL
I	Denúncias oferecidas perante a 4. <sup>a</sup> CC - TJE	53
	Aditamento à Denúncia	1
	Comunicação de arquivamento de feitos à 4. <sup>a</sup> CC - TJE	25
	Expedientes arquivados no Ministério Público c/publicação	177
	Pareceres com remessa de feitos às Comarcas	8
	Parecer remetendo feitos à Justiça Federal	5
	Pareceres com remessa de feitos ao TRE	1
	Pareceres em Queixa-Crime	6
	Pareceres sobre audiências preliminares	23
	Quebra Sigilo Telefônico/Bancário/Fiscal	14
II	Denúncias em expedientes remetidos às Comarcas	27
	Promoções de Arquivam. em Exped. Remetidos às Comarcas	6
III	Manifestações sobre respostas escritas	46
	Pedidos de diligências e apresentação de quesitos - Art.10	14

	Alegações finais	14
	Pareceres com remessa de processos às Comarcas	5
	Pedidos de Extinção de Punibilidade	13
	Pareceres em processos de execução	9
	Pareceres sobre suspensão do Processo (Lei n.º 9099/95)	6
	Pareceres diversos	98
IV	Recursos – Especial/Extraordinário	4
	Embargos de Declaração	2
	Interposição de Agravo Regimental	2
V	Intimações	173
	Movimentações de expedientes e Processos Judiciais	565
VI	Feitos Novos (Inquéritos Policiais, QC e TCs)	71
VII	Condenações	4
	Absolvições	7
	Absolvições a pedido do Ministério Público	1
	Denúncias recebidas/aditamentos	36
	Denúncias não recebidas/aditamentos	2
	Declinação de Competência ao Juízo do 1.º Grau	1
	Remessa à Comarca	1
	Queixa-Crime rejeitada	2
	Suspensão do processo c/art.89 da Lei n.9.099/95	4
	Transação penal – Lei n. 9.099/95	14
	Remessa aos Tribunais Federais	2
	Recursos	1
	Extinção da Punibilidade	1
VIII	Audiência por precatória (Promotores comarca)	2
	Audiências de instrução no interior – Criminal	102
	Audiências de instrução em POA – Criminal	61
IX	Sessões de Julgamento – Quarta Câmara Criminal	34
	N.º de Processos julgados	108
X	Processos em andamento na 4.ª Câmara Criminal – TJE	119

Em matéria de improbidade administrativa a Procuradoria de Prefeitos apresentou os resultados resumidos no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO		2008
I	Ações Cíveis Públicas ajuizadas	34
II	Arquivamentos no CSMP	174
III	Promoções/diligências em Procedimentos Investigatórios	1617

## Dados Administrativos

<i>DESCRIÇÃO</i>	
N.º de cargos de Procuradores de Justiça criados	125
N.º de cargos de Procuradores de Justiça providos	109
N.º de cargos de Promotores de Justiça criados	763
N.º de cargos de Promotores de Justiça providos	555
N.º de cargos de Servidores de carreira criados	2202
N.º de cargos de Servidores de carreira providos	1545
N.º de cargos de Cargos em Comissão criados	550
N.º de cargos de Cargos em Comissão providos	281
N.º de cargos providos com outros servidores que não de carreira ou cargo em comissão	99
N.º de vagas para estágio criadas	1320
N.º de vagas para estágio providas	1229
N.º de Membros inativos	242
N.º de Servidores inativos	86
Área total ocupada pelo Ministério Público	104.291 m <sup>2</sup>
N.º de habitantes do Estado	10.582.887
N.º de Municípios do Estado	496
N.º de Comarcas	165
N.º de Municípios com sedes próprias do Ministério Público	142



<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	
PIB do Estado	193.500.000.000,00
Orçamento do Estado	21.295.775.610,00
Despesa executada pelo Estado	21.354.625.897,81
Orçamento do Ministério Público	509.870.000,00
Despesa total executada pelo Ministério Público	508.086.128,38
Despesa de custeio executado pelo Ministério Público	44.533.311,14
Despesa de capital executada pelo Ministério Público	20.385.614,21
Despesa de pessoal executada pelo Ministério Público	443.167.203,03
Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 1º quadrimestre	1,69557%
Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 2º quadrimestre	1,62735%
Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 3º quadrimestre	1,60348%

<b>Demonstrativo Orçamento Aprovado 2005 a 2008</b>				
<b>Contas</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Pessoal e Encargos Sociais	373.120.000	410.000.000	436.000.000	440.000.000
Despesas Correntes	33.104.108	40.259.712	43.641.000	49.470.000
Despesas de Capital	32.841.854	42.865.409	30.970.195	20.400.000
<b>TOTAL</b>	<b>439.065.962</b>	<b>493.125.121</b>	<b>510.611.195</b>	<b>509.870.000</b>

<b>Demonstrativo Orçamento Executado 2005 a 2008</b>				
<b>Contas</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Pessoal e Encargos Sociais	373.197.296	407.187.413	423.304.748	443.167.203
Despesas Correntes	34.760.714	38.400.923	48.939.527	44.533.311
Despesas de Capital	38.765.349	40.687.532	23.755.932	20.385.614
<b>TOTAL</b>	<b>446.723.359</b>	<b>486.275.868</b>	<b>496.000.207</b>	<b>508.086.128</b>

# *Nominata*





AFONSO ARMANDO KONZEN  
ALTAMIR FRANCISCO ARROQUE  
ANA LUIZA MERCIO LARTIGAU  
ANA MARIA SCHINESTSC  
ANA MARISA AINHORN OSSOK  
ANGELA CÉLIA PAIM GARRIDO  
ANÍZIO PIRES GAVIÃO FILHO  
ANTÔNIO AUGUSTO VERGARA CERQUEIRA  
ANTÔNIO CARLOS DE AVELAR BASTOS  
ANTÔNIO CEZAR LIMA DA FONSECA  
ARMANDO ANTÔNIO LOTTI  
ARNALDO BUEDE SLEIMON  
BÁRBARA FERNANDES ROSA CERQUEIRA  
BERENICE FEIJÓ DE OLIVEIRA  
CARLOS DIAS ALMEIDA  
CARLOS EDUARDO VIEIRA DA CUNHA  
CARLOS OTAVIANO BRENNER DE MORAES  
CARMEN LUIZA DIAS DE AZAMBUJA  
CELSO TIBERE RODRIGUES LOBATO  
CLÁUDIO BARROS SILVA  
CLAUDIO DOMINGOS MASTRANGELO COELHO  
CRISTIANE TODESCHINI  
DELMAR PACHECO DA LUZ  
DENISE MARIA NETTO DUARTE  
EDGAR LUIZ DE MAGALHÃES TWEEDIE  
EDUARDO DE LIMA VEIGA  
EDUARDO ROTH DALCIN  
EDUARDO WETZEL BARBOSA  
ELAINE FAYET LORENZON SCHALY  
ELIANA MARIA MORESCHI  
EVA MARGARIDA BRINQUES DE CARVALHO  
FLÁVIO POYASTRO PINHEIRO  
FRANCISCO WERNER BERGMANN  
GILBERTO ANTÔNIO MONTANARI  
GILBERTO THUMS  
GILMAR POSSA MARONEZE  
GLÊNIO AMARO BIFFIGNANDI  
HEID OURIQUE CAMPOS  
IDA SOFIA SCHINDLER DA SILVEIRA  
IRENE SOARES QUADROS  
ISABEL DIAS ALMEIDA  
IVORY COELHO NETO  
JACQUELINE FAGUNDES ROSENFELD  
JANDIRA DE CAMPOS  
JOÃO CARLOS PACHECO  
JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS  
JOSÉ CARLOS DOS SANTOS MACHADO  
JOSÉ PEDRO MACHADO KEUNECKE  
JOSÉ TÚLIO BARBOSA  
JUAN CARLOS DURÁN  
JUANITA RODRIGUES TERMIGNONI  
JULIA ILENIR MARTINS  
JÚLIO CÉSAR PEREIRA DA SILVA  
JUSSARA MARIA LAHUDE RITTER  
KELLER DORNELLES CLÓS  
LÊNIO LUIZ STRECK  
LEONEL PIRES OHLWEILER  
LISIANE DEL PINO  
LUÍS ALBERTO THOMPSON FLORES LENZ  
LUIZ ACHYLLES PETIZ BARDOU  
LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI  
LUIZ CLÁUDIO VARELA COELHO  
LUIZ FELIPE BRACK  
LUIZ FERNANDO CALIL DE FREITAS  
LUIZ HENRIQUE BARBOSA LIMA FARIA CORRÊA  
LUIZ INÁCIO VIGIL NETO  
LUIZ SÉRGIO GUILHON RISSO  
MAGALI MANNHART HOFFMANN  
MARCELO ROBERTO RIBEIRO  
MARCIA LEAL ZANOTTO FARINA  
MARIA CRISTINA CARDOSO MOREIRA DE OLIVEIRA  
MARIA DE FÁTIMA DIAS ÁVILA  
MARIA IGNEZ FRANCO SANTOS  
MARIA LORENI CARGNELUTTI  
MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA  
MARIA WALESKA TRINDADE CAVALHEIRO  
MARIO ROMERA  
MARLY RAPHAEL MALLMANN  
MARTA LEIRIA LEAL PACHECO  
MAURO HENRIQUE RENNER  
MIGUEL BANDEIRA PEREIRA  
PAULO ANTÔNIO TODESCHINI  
PAULO EMILIO JENISCH BARBOSA  
PAULO FERNANDO DOS SANTOS VIDAL  
PAULO ROBERTO DE AGUIAR TESHEINER  
PAULO VALÉRIO DAL PAI MORAES  
REGINALDO MACIEL FRANCO  
RICARDO ALBERTON DO AMARAL  
RICARDO DA SILVA VALDEZ  
RICARDO DE OLIVEIRA SILVA  
RICARDO VAZ SEELIG  
ROBERTO BANDEIRA PEREIRA  
ROBERTO CLAUS RADKE  
ROBERTO DIVINO ROLIM NEUMANN  
ROBERTO RUDOLFO CARDOSO EILERT  
SARA DUARTE SCHÜTZ  
SÉRGIO GUIMARÃES BRITTO  
SÉRGIO SANTOS MARINO  
SÍLVIA CAPPELLI  
SIMONE MARIANO DA ROCHA  
SOLANGE MARIA PALMA ALVES  
SUZANA SILVEIRA DA SILVA  
TÂNIA MARIA VIEIRA LORENZONI  
UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES  
VALÉRIA BASTOS DIAS  
VERA LÚCIA QUEVEDO FERREIRA

VINICIUS DE HOLLEBEN JUNQUEIRA  
WALTER CAMEJO FILHO

ZULEIKA PINTO COSTA VARGAS

### Promotores de Justiça de Entrância Final – 134

ADALGISA WIEDEMANN CHAVES  
ADRIANO MARMITT  
AIRTON ALOISIO MICHELS  
AIRTON ZANATTA  
ALCEU SCHOELLER DE MORAES  
ALCINDO LUZ BASTOS DA SILVA FILHO  
ALEXANDRE DA SILVA LOUREIRO  
ALEXANDRE FERNANDES SPIZZIRRI  
ALEXANDRE LIPP JOÃO  
ALINE MACHADO XAVIER  
ANA LÚCIA CIOCCARI AZEVEDO  
ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN  
ANA RITA NASCIMENTO SCHINESTSCK  
ANDRÉ CIPELE  
ANDRÉ FELIPE DE CAMARGO ALVES  
ANDRÉ GONÇALVES MARTINEZ  
ANDRÉ RICARDO COLPO MARCHESAN  
ANDRÉA CECIM FORTES  
ANGELA SALTON ROTUNNO  
ANNELISE MONTEIRO STEIGLEDER  
ANTÔNIO LUIZ OTILIA  
AUREO ROGÉRIO GIL BRAGA  
BEATRIZ DURO GICK  
BENHUR BIANCON JUNIOR  
CARLA CARPI NEJAR  
CARLOS ODONE COSTA DOS SANTOS  
CARLOS ROBERTO LIMA PAGANELLA  
CARMEN GUILHEMBERNARD KOSACHENCO  
CARMEN SILVIA REIS CONTI  
CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI  
CHRISTIANNE PILLA CAMINHA  
CLAUDIA REGINA LENZ ROSA  
CYNTHIA FEYH JAPPUR  
DANIELA SANTOS VARIANI  
DARWIN FERRAZ REIS  
DÉBORA BALZAN  
DENISE CASANOVA VILLELA  
DENISE MARIA DURO REIS  
DIANE CRISTINA TAGLIARI PIRES  
DIOMAR JACINTA RECH  
DIRCE CARVALHO SOLER  
DÓRIS PAIM ZANINI  
EDES FERREIRA DOS SANTOS CUNHA  
EDUARDO ALBERTO TEDESCO  
EDUARDO BERNSTEIN IRIART  
ELEONORA MACHADO POGLIA  
ELIANE RIBEIRO PORTELA  
FABIANO DALLAZEN  
FABIO BIDART PICCOLI

FÁBIO COSTA PEREIRA  
FÁBIO ROQUE SBARDELLOTTO  
FLÁVIA RAPHAEL MALLMANN  
FLÁVIO DUARTE  
FRANCESCO CONTI  
FREDERICO SCHNEIDER DE MEDEIROS  
GÉRSON LUÍS TEIXEIRA  
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO E SOUZA  
GILMAR BORTOLOTTTO  
GUSTAVO RONCHETTI  
HELOÍSA HELENA ZIGLIOTTO  
IEDA HUSEK WOLFF  
INGLACIR DORNELLES CLÓS DELAVEDOVA  
IVAN SARAIVA MELGARÉ  
IVETE BRUST  
JAQUELINE MARQUES DA LUZ  
JOÃO BARCELOS DE SOUZA JÚNIOR  
JOÃO HUBERT JACCOTTET NETO  
JOÃO NUNES FERREIRA  
JOÃO PEDRO DE FREITAS XAVIER  
JOSÉ QUINTANA FREITAS  
JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO  
JOSIENE DA SILVA MENEZES  
JÚLIO CÉSAR COSTA DA SILVEIRA  
JULIO CESAR DA SILVA ROCHA LOPES  
LAURA LOUZADA JACCOTTET  
LESSANDRA BERGAMASCHI  
LILIANE DREYER DA SILVA PASTORIZ  
LISETE ERBES  
LÚCIA HELENA DE LIMA CALLEGARI  
LUCIANA MARIA RIBEIRO ALICE  
LUCIANO DE FARIA BRASIL  
LUCIANO DIPP MURATT  
LUCIANO PRETTO  
LUCILENE ESTRAZULAS FALCETTA  
LUÍS ANTÔNIO MINOTTO PORTELA  
LUÍS FELIPE DE AGUIAR TESHEINER  
LUIZ ROGÉRIO LIMA TAVARES  
LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA AZEVEDO  
LUIZ EDUARDO RIBEIRO DE MENEZES  
MARCELO LEMOS DORNELLES  
MARCELO LISCIO PEDROTTI  
MÁRCIA ROSANA CABRAL BENTO  
MARCOS REICHELT CENTENO  
MARGARIDA TEIXEIRA DE MORAES  
MARIA ALICE BUTTINI  
MARIA CRISTINA MONTEIRO SANSON  
MARIA CRISTINA SANTOS DE LUCCA  
MARIA INÊS SILVA SPERB  
MARIA IVONETE MATTOS ANDRADE

MARIA LÚCIA KURTZ AMANTINO RODRIGUES DA SILVA  
ALGARVE  
MARIANGELA RENNER BOSSLE  
MARINÊS ASSMANN  
MARISA LARA ADAMI DA SILVA  
MARTHA SILVA BELTRAME  
MARTHA WEISS JUNG  
MAUREN JARDIM GOMES  
MAURO FONSECA ANDRADE  
MAURO LUCIO DA CUNHA ROCKENBACH  
MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA  
MÍRIAM VILLAMIL BALESTRO FLORIANO  
NILSON DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO  
NOARA BERNARDY LISBOA  
NORBERTO CLÁUDIO PÂNCARO AVENA  
ODETE PINZETTA  
RENATO VINHAS VELASQUES  
RENOIR DA SILVA CUNHA  
RICARDO FELIX HERBSTRITH

ROBERTO VARALO INÁCIO  
ROGERIO ROQUE WEILLER  
ROSELE MARIA LUCHESE  
ROSELY TERESINHA DE AZEVEDO LOPES  
ROSSANO BIAZUS  
RUI PAULO NAZÁRIO DE OLIVEIRA  
SANDRA GOLDMAN RUWEL  
SANDRA SANTOS SEGURA  
SILVIO MIRANDA MUNHOZ  
SÔNIA ELENI CORRÊA MENSCH  
SYNARA JACQUES BUTTELLI  
TATIANA DE OLIVEIRA D'ÁVILA  
TÊMIS LIMBERGER  
THALES VOLCATO PEREIRA  
VELEDA MARIA DOBKE  
VERA LUCIA DA SILVA SAPKO  
WINFRIED SCHLEE

### *Promotores de Justiça de Entrância Intermediária – 254*

ADRIANA CRUZ DA SILVA  
ADRIANA KARINA DIESEL CHESANI  
ADRIO RAFAEL PAULA GELATTI  
ALÉCIO SILVEIRA NOGUEIRA  
ALESSANDRA MOURA  
ALEXANDER GUTTERRES THOMÉ  
ALEXANDRA CARNIEL ANTONIO  
ALEXANDRE ARANALDE SALIM  
ALINE DOS SANTOS GONÇALVES  
ALJACIRA LIMA TERRA  
ÁLVARO LUIZ POGLIA  
AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO  
ANA ADELAIDE BRASIL SÁ CAYE  
ANA CAROLINA DE QUADROS AZAMBUJA  
ANA CRISTINA FERRAREZE CIRNE  
ANA EMÍLIA VILANOVA  
ANA MARIA KOLOGESKI CEZAR  
ANA PAULA BERNARDES  
ANDRÉ BAPTISTA CARUSO MAC-DONALD  
ANDRÉ BARBOSA DE BORBA  
ANDRÉ COSTA  
ANDRÉ DE AZEVEDO COELHO  
ANDRÉ FERNANDO JANSON CARVALHO LEITE  
ANDRÉ FERNANDO RIGO  
ANDRÉ LUIS DAL MOLIN FLORES  
ANDREA DA SILVA UEQUED  
ANDRÉA DE ALMEIDA MACHADO  
ANDRÉA SOARES TORRES  
ANDREIA HERMINIA ALLIATTI  
ANELISE GREHS STIFELMAN  
ANGELA CAREN DAL POS  
ANTÔNIO AUGUSTO RAMOS DE MORAES  
BÁRBARA DA COSTA LANGE

BELMIRO PEDRO WELTER  
CAMILA LUMMERTZ  
CARLA CARRION FRÓS  
CARLA LARA ADAMI DA SILVA  
CARLA SOUTO PEDROTTI  
CARLOS AUGUSTO CARDOSO MORAES  
CARLOS AUGUSTO FIORIOLI  
CAROLINA BARTH LOUREIRO  
CAROLINA SANFELICE MARIANI  
CAROLINE VAZ  
CASSIANO MARQUARDT CORLETA  
CASSIANO PEREIRA CARDOSO  
CATIUCE DA SILVA RIBAS  
CELSO DE ASSIS REMONTI  
CELSO PEDRO STEIN  
CÉSAR AUGUSTO PIVETTA CARLAN  
CHRISTINE MENDES RIBEIRO GREHS  
CINARA VIANNA DUTRA BRAGA  
CINTHIA MENEZES RANGEL  
CLARISSA AMMÉLIA SIMÕES MACHADO  
CLÁUDIA MARIA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE  
MEDEIROS  
CLÁUDIO ARI PINHEIRO DE MELLO  
CLEONICE RODRIGUES AIRES  
CRISTIANE CARDOSO  
CRISTIANE DELLA MÉA CORRALES  
CRISTIANO LEDUR  
CRISTIANO SALAU MOURÃO  
DANIEL MARTINI  
DANIELA DE QUADROS MALLMANN PAZ  
DANIELA LUCCA DA SILVA  
DANIELA SCHILLING DE ALMEIDA  
DANIELA TAVARES DA SILVA TOBALDINI

DANIELE DA SILVA PIRES  
DANIELE SCHNEIDER  
DANIELI DE CÁSSIA COELHO  
DANIELLE BOLZAN TEIXEIRA  
DÉBORA REGINA MENEGAT  
DÉBORA REZENDE CARDOSO  
DÉCIO LUÍS SILVEIRA DA MOTA  
DELSON ARNILDO MANZKE  
DENILSON BELEGANTE  
DIEGO CORREA DE BARROS  
DIEGO MENDES DE LIMA  
DIEGO ROSITO DE VILAS  
DIOLINDA KURRLE HANNUSCH  
EDERSON LUCIANO MAIA VIEIRA  
EDGAR OLIVEIRA GARCIA  
EDSON JOAQUIM VITT FERNANDES  
EDUARDO BUAES RAYMUNDI  
EDUARDO CORAL VIEGAS  
EDUARDO RITT  
EDUARDO SÓ DOS SANTOS LUMERTZ  
ELCIO RESMINI MENESES  
ÉRICO FERNANDO BARIN  
ÉRICO REZENDE RUSSO  
EUGÊNIO PAES AMORIM  
FÁBIO LUSA MARCON  
FELIPE TEIXEIRA NETO  
FERNANDA RUTTKE DILLENBURG  
FERNANDA SOARES PEREIRA  
FERNANDA WEIAND  
FERNANDO BUTTINI  
FERNANDO CHEQUIM BARROS  
FERNANDO GERSON  
FLÁVIO EDUARDO DE LIMA PASSOS  
GIANI POHLMANN SAAD  
GÍLSON BORGUEDULFF MEDEIROS  
GISELE MORETTO  
GISELE MÜLLER MONTEIRO  
GISELLE TANARA SOARES  
GISLAINE ROSSI LUCKMANN  
GRAZIELA VIEIRA LORENZONI  
GUILHERME RIBEIRO KRATZ  
GUSTAVO RAMOS VIANNA  
GUSTAVO SCHNEIDER DE MEDEIROS  
GUSTAVO WALKER ZETTLER  
HEITOR STOLF JÚNIOR  
HÉLDER MÜLLER ESTIVALETE  
IOANNIS FEDRIZZI PETALAS  
ISNAR OLIVEIRA CORRÊA  
IVANA KIST HUPPES FERRAZZO  
IVANA MACHADO BATTAGLIN  
IVANISE JANN DE JESUS  
JAIME NUDILEMON CHATKIN  
JANAINA DE CARLI DOS SANTOS  
JANINE BORGES SOARES  
JANOR LERCH DUARTE  
JEANE SCHILLING DE ASSUMPÇÃO  
JEANINE MOCELLIN  
JEFFERSON DALL'AGNOL  
JOÃO CARLOS DE AZEVEDO FRAGA  
JOÃO FÁBIO MUNHOZ MANZANO  
JOÃO FRANCISCO CAMPELLO DILL  
JOÃO FRANCISCO CKLESS FILHO  
JOÃO MARCOS ADEDE Y CASTRO  
JOÃO PAULO BITTENCOURT CARDOZO  
JOÃO PAULO FONTOURA DE MEDEIROS  
JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES  
JOCELAINÉ PAINS TELES  
JOEL OLIVEIRA DUTRA  
JORGE ALBERTO DOS SANTOS ALFAYA  
JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ZACHIA ALAN  
JOSÉ EDUARDO COELHO CORSINI  
JOSÉ EDUARDO GONÇALVES  
JOSÉ GARIBALDI EVANGELHO SIMÕES MACHADO  
JOSÉ NÍLTON COSTA DE SOUZA  
JOSÉ OLAVO BUENO DOS PASSOS  
JULIANA BOSSARDI  
JULIANA MARIA GIONGO  
JÚLIO ALFREDO DE ALMEIDA  
JÚLIO CÉSAR DE MELO  
JÚLIO CESAR MEIRA MEDINA  
JULIO FRANCISCO BALLARDIN  
KAREN DE VASCONCELLOS DAUBERMANN  
KARINA BUSSMANN CABEDA  
LEONARDO GUARISE BARRIOS  
LETÍCIA VITERBO ILGES  
LISANDRA DEMARI  
LISIANE VILLAGRANDE VERÍSSIMO DA FONSECA  
LUCIANA MORAES DIAS  
LUCIANA ROMANI  
LUCIANE FEITEN WINGERT  
LUCIANO VACCARO  
LUCIARA ROBE DA SILVEIRA PEREIRA  
LUIS AUGUSTO GONÇALVES COSTA  
LUIS CESAR GONÇALVES BALAGUEZ  
LUÍS FERNANDO COPETTI LEITE  
LUIZ CARLOS PRÁ  
MANOEL LUIZ PRATES GUIMARÃES  
MARA CRISTIANE JOB BECK PEDRO  
MARCEL TISSER PITERMAN  
MARCELA ROMERA  
MARCELO DE SOUZA GONZAGA  
MARCELO DOSSENA LOPES DOS SANTOS  
MARCELO JULIANO SILVEIRA PIRES  
MARCELO NAHUYTS THORMANN  
MARCELO RASQUIN BERTUSSI  
MARCELO RIES  
MARCELO TREVIZAN  
MÁRCIA CORSO RUARO  
MÁRCIO ROBERTO SILVA DE CARVALHO  
MÁRCIO SCHLEE GOMES

MARCOS FERRAZ SARALEGUI  
MARCOS SIMÕES PETRY  
MARIA ALICE CONCEIÇÃO SANCHOTENE  
MARIA AUGUSTA MENZ  
MARIA AUGUSTA ONGARATTI  
MARIA COUGO OLIVEIRA  
MARIA DO CARMO BAIERLE GUARANÁ  
MARIA DO ROSÁRIO RIBEIRO RODRIGUES  
MARIA FERNANDA GOETZKE PITREZ  
MARIA LAURA MORAES LUZARDI  
MARIA RITA CAMPOS PITERMAN  
MÁRIO EDUARDO MOURGUES LORÉA  
MÁRIO LUIZ GUADAGNIN  
MAURICIO SANCHOTENE DE AGUIAR  
MAURÍCIO TREVISAN  
MAURO ROCHA DE PORCHETTO  
MÔNICA MARANGHELLI DE AVILA  
NÁDIA BARON RICACHENEVSKY  
NAIR CHRISTINA SCHOELLER DE MORAES  
NATHÁLIA SWOBODA CALVO  
NEIDEMAR JOSÉ FACHINETTO  
PAULA REGINA MOHR  
PAULO DA SILVA CIRNE  
PAULO EDUARDO NUNES DE AVILA  
PAULO GILBERTO VIEIRA  
PAULO ROBERTO GENTIL CHARQUEIRO  
PEDRO RUI DA FONTOURA PORTO  
RAFAEL CRUZ AMARAL  
RAFAEL FESTA  
RAFAEL STRAMAR DE FREITAS SANTOS  
RAQUEL ISOTTON  
REJANE VIEIRA E SILVA  
RENATA PINTO LUCENA  
RICARDO CARDOSO LAZZARIN  
RICARDO LOZZA  
RITA CONTE SOEIRO DE SOUZA  
ROBERTA BRENNER DE MORAES  
ROBERTA GABARDO FAVA ARALDI  
ROBERTA MORILLOS TEIXEIRA  
ROBERTO BAYARD FERNANDES FIGUEIRO

ROCHELLE DANUSA JELINEK GARCEZ  
RODRIGO AUGUSTO DE AZAMBUJA MATTOS  
RODRIGO CARPI NEJAR  
RODRIGO DA SILVA BRANDALISE  
RODRIGO DE OLIVEIRA VIEIRA  
RODRIGO LÓPEZ ZILIO  
RODRIGO SCHOELLER DE MORAES  
ROLANDO RAUL MORO  
ROSANGELA CORRÊA DA ROSA  
ROSÉLIA VASCONCELLOS BRUSAMARELO  
ROSI MARIA BARRETO TONDO  
ROSIMARI MELLER ANTONELLO  
RUI PREDIGER  
SANDRO DE SOUZA FERREIRA  
SÁVIO VAZ FAGUNDES  
SÉRGIO CORNELLES MATHEUS  
SÉRGIO DA FONSECA DIEFENBACH  
SÉRGIO HIANE HARRIS  
SÉRGIO LUIZ RODRIGUES  
SÍLVIA REGINA BECKER PINTO  
SIMONE ANNES KEUNECKE  
SIMONE DE NIZA E CASTRO  
SIMONE MARTINI  
SIMONE SPADARI  
SÔNIA MADALENA SILVEIRA BONILLA  
SUSIANE BICCA MESPAQUE MADRUGA  
TATIANA ALSTER  
THOMÁS HENRIQUE DE PAOLA COLLETTO  
TIAGO MOREIRA DA SILVA  
VALÉRIO COGO  
VALTER PRIEBE  
VANESSA BOM SCHMIDT CARDOSO  
VANESSA DA SILVA  
VANESSA SALDANHA DE VARGAS  
VELOCITY MELO PIVATTO  
VERCILEI LINO SERENA  
VOLTARE DE FREITAS MICHEL  
WALESKA FLORES AGOSTINI  
WANDERLEI JOSÉ HERBSTTRITH WILLIG

### *Promotores de Justiça de Entrância Inicial – 127*

ADONIRAN LEMOS ALMEIDA FILHO  
ADRIANO LUÍS DE ARAUJO  
ADRIANO PEREIRA ZIBETTI  
ALESSANDRO SALAZAR ROSSATTO  
ANA LUIZA DOMINGUES DE SOUZA LEAL  
ANA PAULA MANTAY  
ANAMARIA THOMAZ  
ANDRÉ EDUARDO SCHRÖDER PREDIGER  
ANDREA ALMEIDA BARROS  
ANTONIO METZGER KÉPES  
BRENUSA MARQUARDT CORLETA  
BRUNO PEREIRA PEREIRA

CAMILA SANTOS DA CUNHA  
CAMILE BALZANO DE MATTOS  
CARLA PEREIRA RÊGO FLÔRES SOARES  
CAROLINE GIANLUPI  
CAROLINE MOTTECY DE OLIVEIRA  
CAROLINE SPOTORNO DA SILVA  
CHARLES EMIL MACHADO MARTINS  
CÍNTIA FOSTER DE ALMEIDA  
CLAUDIA FERRAZ RODRIGUES PEGORARO  
CLAUDIA FORMOLO HENDLER BALBINOT  
CLAUDIA MARIA CEZAR MASSING  
CLAUDIO ANTONIO RODRIGUES ESTIVALLET JUNIOR



CLÁUDIO DA SILVA LEIRIA  
CRISTIANA MÜLLER CHATKIN  
CRISTIANE MARIA SCHOLL LEVIEN  
CRISTIANE MELLO DE BONA  
DAMASIO SOBIESIAK  
DANIEL BARBOSA FERNANDES  
DANIEL COZZA BRUNO  
DANIEL RAMOS GONÇALVES  
DANIEL SOARES INDRUSIAK  
DANIELA SILVEIRA TIMM  
DANIELA SUDBRACK GASPAR RAISER  
DAVI LOPES RODRIGUES JÚNIOR  
DIEGO PESSI  
DINAMÁRCIA MACIEL DE OLIVEIRA  
ELEMAR GRÄBNER  
EVANDRO LOBATO KALTBAACH  
EVERTON LUÍS RESMINI MENESES  
FABIANE CIOCCARI  
FABIANE RIOS LISARDO  
FABIANO REDIVO SILVA  
FERNANDA BROLL CARVALHO AHMAD  
FERNANDO CESAR SGARBOSSA  
FRANCISCO JOSÉ BORGES MOTTA  
GABRIELA MONTEIRO  
HENRIQUE RECH NETO  
IVANDA GRAPIGLIA VALIATI  
JAIR JOÃO FRANZ  
JANINE ROSI FALEIRO  
JOÃO AFONSO SILVA BELTRAME  
JULIANA VENTURELLA NAHAS GAVIÃO  
JULIANO GRIZA  
JÚLIO CÉSAR MAGGIO STÜRMER  
KARINA ALBUQUERQUE DENICOL  
KARINNA LICHT ORLANDI GOULART  
KÁTIA REGINA GRIZA  
LEANDRO CAPAVERDE PEREIRA  
LEANDRO TATSCH BONATTO  
LEONARDO CHIM LOPES  
LEONARDO GIARDIN DE SOUZA  
LEONARDO MENIN  
LISIANE MESSERSCHMIDT RUBIN  
LUANA ROCHA RIBEIRO  
LUCIANA CANO CASAROTTO  
LUCIANA WILLIG SANMARTIN  
LÚCIO FLÁVIO PRETTO  
LUCIO FLAVO MIOTTO  
LUIZ ANTONIO BARBARÁ DIAS  
LUZIHARIN CAROLINA TRAMONTINA  
MARCELO ARAUJO SIMÕES  
MARCELO AUGUSTO SQUARÇA  
MARCELO JOSÉ DA COSTA PETRY  
MARCELO TUBINO VIEIRA  
MÁRCIA REGINA NUNES VILLANOVA  
MÁRCIO EMÍLIO LEMES BRESSANI  
MÁRCIO ROGÉRIO DE OLIVEIRA BRESSAN  
MARCIO SCHENATO  
MARCOS EDUARDO RAUBER  
MARI ONI SANTOS DA SILVA  
MARIA FERNANDA CASSOL MOREIRA  
MARIANA DE AZAMBUJA PIRES  
MARISAURA INÊS RABER FIOR  
MARLISE CORDENONSI BORTOLUZZI  
MARTIN ALBINO JORA  
MAX ROBERTO GUAZZELLI  
MELISSA MARCHI JUCHEN  
MICHAEL SCHNEIDER FLACH  
NATÁLIA CAGLIARI  
NILTON KASCTIN DOS SANTOS  
PAULA ATAIDE ATHANASIO  
PAULA BITTENCOURT ORSI  
PAULO ADAIR MANJABOSCO  
PAULO EDUARDO DE ALMEIDA VIEIRA  
PAULO ESTEVAM COSTA CASTRO ARAÚJO  
PIETRO CHIDICHIMO JUNIOR  
PLÍNIO CASTANHO DUTRA  
RAFAEL RUSSOMANNO GONÇALVES  
REGINALDO FREITAS DA SILVA  
RENATO MOURA TIRAPELLE  
RICARDO MELO DE SOUZA  
RICARDO SCHINESTSCK RODRIGUES  
ROBERTO JOSÉ TABORDA MASIERO  
ROGÉRIO FAVA SANTOS  
ROGÉRIO MEIRELLES CALDAS  
RONALDO ADRIANO DE ALMEIDA ARBO  
RONALDO LARA RESENDE  
ROSÂNGELA MAZZUCO  
RUDIMAR TONINI SOARES  
SANDRO LOUREIRO MARONES  
SÉRGIO ANTÔNIO BINS  
STÉFANO LOBATO KALTBAACH  
STELA BORDIN  
SUSANA CORDERO SPODE  
SUZANE HELLFELDT  
TÂNIA MARIA HENDGES BITENCOURT  
TÂNIA MARIA SCHNEIDER CAVALINI  
THEODORO ALEXANDRE DA SILVA SILVEIRA  
VALDIRENE SANCHES MEDEIROS JACOBS  
VALDOIR BERNARDI DE FARIAS  
VERA REGINA MELATTE CORINO  
VINICIUS DE MELO LIMA  
VITASSIR EDGAR FERRAREZE  
WILSON LUÍS GREZZANA  
XIMENA CARDOZO FERREIRA